

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Natália de Andrade de Moraes

**INTERSECÇÕES ENTRE PSICANÁLISE, POLÍTICA E A CLÍNICA DO
AUTISMO**

Santa Maria, RS

Natália de Andrade de Moraes

**INTERSECÇÕES ENTRE PSICANÁLISE, POLÍTICA E A CLÍNICA DO
AUTISMO**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Psicologia**.

Orientadora: Prof. Dra. Cláudia Maria Perrone

Santa Maria, RS
2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

de Moraes, Natália de Andrade
Intersecções entre psicanálise, política e a clínica do
autismo / Natália de Andrade de Moraes.- 2017.
72 p.; 30 cm

Orientadora: Claudia Maria Perrone
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Psicologia, RS, 2017

1. psicanálise 2. política 3. clínica 4. autismo 5.
ética I. Perrone, Claudia Maria II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

**A comissão examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado**

**INTERSECÇÕES ENTRE PSICANÁLISE, POLÍTICA E A CLÍNICA DO
AUTISMO**

elaborada por
Natália de Andrade de Moraes

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia

COMISSÃO EXAMINADORA:

Cláudia Maria Perrone (Presidente/Orientadora)

Roselene Ricachenevsky Gurski, Dr^a. (UFRGS)

Sandra Djambolakdjian Torossian, Dr^a. (UFRGS)

Santa Maria, 15 de maio de 2017.

AGRADECIMENTOS

À Cláudia Perrone, pela sustentação ética de um lugar para a psicanálise no PPGP/UFSM, pela presença fundamental no meu percurso, por acolher com cuidado minhas questões e inseguranças e renovar sempre a aposta neste trabalho;

Aos psicanalistas Miriam Debieux da Rosa e Norton Cezar Dal Follo da Rosa Jr., pelas generosas contribuições na qualificação da dissertação;

Às Rose Gurski e Sandra Torossian, pelo aceite em participar do momento de defesa da dissertação;

À Carmen, por apoiar e cuidar, também por suportar as distâncias;

Ao Daniel, interlocutor privilegiado deste trabalho, por ler, escutar e discutir minhas questões. Pela presença amorosa, encorajadora e companheira;

Aos familiares: Gustavo, Miguel, Genira, Rosana, Geraldo e Genessi, implicados de diferentes formas nesse percurso;

Às colegas do grupo de pesquisa Políticas da psicanálise e subjetividade no contemporâneo: Andreia, Diana, Fernanda e Martina, pelas importantes trocas e parcerias. Também à Mariana e ao Vilson, pela amizade;

À Amanda Pereira, que deu comigo os primeiros passos em direção ao mestrado e ao trabalho clínico, pela escuta acolhedora e pela generosidade com que sempre me recebeu;

Aos colegas do grupo Psicanálise e Questões de Gênero;

Aos colegas do grupo Psicopatologia Psicanalítica: Daniel Guterres, Danilo Bemgochea, Julia Sousa e Samanta Basso;

À Cris, pela cumplicidade e presença constantes;

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSM;

À CAPES, pelo apoio financeiro na realização da pesquisa.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Universidade Federal de Santa Maria

INTERSECÇÕES ENTRE PSICANÁLISE, POLÍTICA E A CLÍNICA DO AUTISMO

AUTORA: Natália de Andrade de Moraes
ORIENTADORA: Cláudia Maria Perrone
Local e data de defesa: Santa Maria, 15 de maio de 2017

Esta pesquisa buscou problematizar as relações psicanálise-política, em articulação à clínica do autismo. Para tanto, foram realizados dois estudos. O primeiro constituiu-se como revisão sistemática de literatura, centrada na questão: Como, ou a partir de que operadores, pode-se produzir uma articulação rigorosa dos campos político e psicanalítico? Os resultados, apresentados narrativamente, compuseram um complexo quadro conceitual que situa as reflexões acerca da política, do social e do poder como parte constitutiva da história da psicanálise, definitivamente marcada pelo campo político. O segundo estudo buscou problematizar o estatuto do autismo no contemporâneo, bem como o lugar reservado aos sujeitos autistas em um social atravessado pelos discursos neoliberal e capitalista. Para tal, propôs a análise de um vídeo publicitário referente à “jaqueta do abraço”, produto destinado a acalmar crianças autistas. Em um cenário ultra-individualista, imperativo de objetos e carente de laços sociais, o sujeito autista emerge no lugar do estranho ao refletir a tendência contemporânea à ausência do Outro, à mesmice e ao isolamento. Nesse contexto, a psicanálise propõe uma saída possível do discurso capitalista através da introdução do novo, na sustentação de um desejo que possibilite ao sujeito a pequena singularidade que é sua. Finalmente, a pesquisa refletiu a importante função da psicanálise, função essa que é política, enquanto discurso que possibilita a inscrição da alteridade e o resgate da diferença, do desejo e da soberania do outro. No que tange à clínica do autismo, essa função se exprime na não desistência dos psicanalistas em promover com os sujeitos um encontro possível, que os retire da condição de desamparo a que são submetidos pelas estratégias normativas.

Palavras-chave: Psicanálise. Política. Clínica. Autismo. Ética.

ABSTRACT

Masters' Thesis
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Universidade Federal de Santa Maria

INTERSECTIONS AMONG PSYCHOANALYSIS, POLITICS AND PSYCHOANALYSIS PRACTICES ON AUTISM

AUTHOR: Natália de Andrade de Moraes

ADVISOR: Cláudia Maria Perrone

Place and date of defense: Santa Maria, may 15 2017

This research aimed to problematize the psychoanalysis-politics relationships, in connection with psychoanalysis practices on autism. Therefore, there were conducted two studies. The first one is a systematic literature review, centered in the following question: How, or through which operators, might be produced a rigorous articulation between the politics and psychoanalysis fields? The results, narratively presented, composed a complex conceptual table that embraces reflections on politics, social and power as constitutive parts of the history of psychoanalysis, definitely marked by the political field. The second study aimed to problematize the autism statute in the contemporary, as well as the place defined to autistic subjects in a social crossed by neoliberal and capitalist speeches. Thus, it was proposed the analysis of an advertisement video referring to the “the hug jacket”, a product destined to calm down autistic children. In an ultra-individualist scenario, objects’ imperative and lacking social bonds, the autistic subject emerges in the place of weirdness when reflecting on the contemporary tendency of the Other’s absence, the monotony and the isolation. In such context, the psychoanalysis proposes a possible way out to the capitalist speech throughout the introduction of the innovative, in the support of a desire that enables the subject its tiny singularity that it owns. Finally, the research reflected on the important psychoanalysis function, which is political, as a speech that enables the alterity registration and the rescue of difference, desire and the sovereignty of the Other. As for the psychoanalysis practices on autism, this function is expressed by the non-withdrawal of psychoanalysts in promoting with the subjects an encounter to what is possible, that pull them out of the helplessness condition to which they are exposed by normative strategies.

Keywords: Psychoanalysis. Politics. Psychoanalysis Practices. Autism. Ethics.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
INTRODUÇÃO.....	8
PSICANÁLISE E POLÍTICA: ENLACES POSSÍVEIS.....	9
A BATALHA DO AUTISMO.....	12
OBJETIVOS.....	16
Artigo 1 PSICANÁLISE E POLÍTICA: COSTURAS TEÓRICO-CONCEITUAIS	
RESUMO.....	18
INTRODUÇÃO.....	20
MÉTODO.....	22
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	38
Artigo 2 PERSPECTIVAS POLÍTICO-CLÍNICAS: PSICANÁLISE, AUTISMO E A RAZÃO NEOLIBERAL	
RESUMO.....	41
INTRODUÇÃO.....	43
NEOLIBERALISMO E DISCURSO DO CAPITALISTA.....	43
AUTISMO E PSICANÁLISE.....	48
ONDE CIÊNCIA E CAPITALISMO SE ENCONTRAM, ENGENHOCAS ABRAÇAM.....	51
A PSICANÁLISE COMO SAÍDA POSSÍVEL DO DISCURSO CAPITALISTA.....	60
REFERÊNCIAS.....	62
NOTAS.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS.....	67

APRESENTAÇÃO

O trabalho com o autismo nos interpela há alguns anos. Nossa prática, iniciada nos primeiros momentos da graduação, foi marcada por um descompasso: o autista descrito pelo saber médico não é o sujeito que encontramos na clínica. Atuando em um Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSi), escutamos com insistência a descrição, baseada em discursos técnico-científicos, do “autista” em termos de sintomas, inadequações e impossibilidades, numa repetição produtora de certa fixidez imaginária pouco ou nada condizente com a clínica.

O fazer junto aos sujeitos autistas passou pela surpresa desse desencontro, pois a clínica nos apresentou um campo possível e muito singular de construções. Se a psicanálise convida a escutar o que é único a cada sujeito, quando o próprio advir desse sujeito é posto em questão o fazer clínico nos convoca a uma prática ainda mais radical no que se refere à sua escuta. Um trabalho tão rico quanto complexo, que coloca em jogo de modo muito particular a dimensão do impossível.

Lacan definiu a clínica psicanalítica como o real enquanto o impossível de suportar. Considerando-se real o que resiste à representação, o que “não cessa de não se escrever”, temos aí o encontro com o extremo singular de cada caso, presente em cada transferência, que resiste a ser posto em discurso (POLI, 2008). Na escuta de sujeitos autistas, eles mesmos fora do discurso, somos confrontados ainda mais diretamente com a experiência real do impossível, do que escapa à apreensão simbólica. Nesse sentido, a clínica é também o real como impossível de suportar que caminha de mãos dadas com a clínica como tentativa de ordenar o real, de simbolizá-lo (BRODSKY, 2014).

A produção textual não escapa a essa lógica. Ela é também uma tentativa de ordenar o (excesso de) real e lidar com o impossível da prática psicanalítica e, em nosso caso, da política e do autismo. Não por coincidência, a dimensão do impossível surge nesta produção a cada novo desdobramento, repete-se e adquire importante valor na costura e enodamento dos significantes-chave do trabalho: psicanálise, política, clínica, autismo.

O que nos chegou como impossível de suportar, apresentamos nesta dissertação na forma de palavras. Uma escrita possível, pois faltosa e limitada, acerca de nossos encontros com a política e a clínica do autismo.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tematiza as relações psicanálise-política, especialmente no que tocam a clínica do autismo. Para tal, propõe as seguintes questões: Como, ou a partir de que operadores, pode-se produzir uma articulação rigorosa entre os campos político e psicanalítico? No que tange à clínica, é possível falar em política, ou políticas, da psicanálise? E no âmbito das práticas junto aos sujeitos autistas, como situar o fator político? Pode-se referir a uma “função política” da psicanálise nesse contexto?

A proposta do estudo fundamenta-se no questionamento de certa disjunção entre os campos político e clínico, do sujeito e do social, ainda bastante presente entre psicanalistas lacanianos¹. Como forma de superar leituras simplificadoras do problema, considera-se essencial pensar o modo como os campos da psicanálise e da política articulam-se, bem como seus limites. Nessa perspectiva, pensar um trabalho na intersecção política-clínica envolve a desidealização dos dois campos: a política como lugar do bem, das paixões e discursos militantes; e a clínica enquanto espaço pretensamente autônomo, independente do social, lugar da “verdadeira psicanálise”.

Em que essa problemática toca a clínica do autismo? Como discutimos em estudo anterior (MORAES; PERRONE, 2013), os debates atuais envolvendo as tentativas do Estado de legislar sobre as possibilidades terapêuticas da pessoa autista vem denunciar o quanto a clínica não está isenta das questões sociais e políticas, sendo diretamente afetada por elas².

Dizer que a psicanálise não está isenta das questões coletivas pode soar óbvio. No entanto, encontramos ainda hoje leituras que destacam a clínica do social, pretendendo-a autônoma, isenta das flutuações discursivas e acontecimentos históricos e políticos de uma época. São leituras que elegem o dispositivo do divã como a verdadeira psicanálise e a escuta produzida em outros contextos e dispositivos como uma psicanálise menor (GAGEIRO; TOROSSIAN, 2016). Dito de outra forma, “o que tem se chamado de psicanálise em intensão é tida como depositária da riqueza psicanalítica e a psicanálise em extensão como um efeito secundário da descoberta desse ouro” (não paginado).

Nesta pesquisa, sustentamos a posição de que o avanço na discussão dicotômica entre indivíduo-sociedade e público-privado demanda uma leitura integrada dos conceitos de

¹ Dizemos psicanalistas lacanianos, pois é este o recorte que nos interessa.

² Apresenta-se a questão no tópico “A batalha do autismo”.

psicanálise em extensão e psicanálise em intensão³. Assim, concordamos com Rosa (2014) quando refere que, mesmo atuando em dispositivos considerados “não clínicos”, nos mantemos na esfera clínica, uma vez que política e sociedade são termos que relançam e explicitam o enlaçamento da constituição psíquica com o desejo, o gozo e a dimensão dos laços sociais como laços discursivos.

Como sugestão do Programa de Pós-Graduação em que nos inserimos, os resultados desta dissertação serão apresentados em formato de artigos. A título de introdução, apresentaremos os tópicos Psicanálise e Política: possíveis enlaces, com breve revisão da literatura psicanalítica sobre o tema; e A batalha do autismo, que apresenta as discussões acerca do tratamento psicanalítico do autismo, já mencionadas neste trabalho.

No Artigo 1, intitulado Psicanálise e Política: costuras teórico-conceituais, trabalhamos sobre o objetivo de localizar os operadores que podem responder pela e/ou possibilitar a amarração psicanálise-política. Trata-se de uma revisão sistemática de literatura, centrada na questão: Como, ou a partir de que operadores, pode-se produzir uma articulação rigorosa dos campos político e psicanalítico?

No Artigo 2, intitulado Perspectivas político-clínicas: psicanálise, autismo e a razão neoliberal, buscou-se problematizar o estatuto do autismo no contemporâneo, bem como o lugar reservado aos sujeitos autistas em um social atravessado pelos discursos neoliberal e capitalista. A estrutura deste estudo incorpora mais diretamente o que chamamos de “costura” entre política e clínica, refletindo suas incidências mútuas no que diz respeito à atenção voltada aos sujeitos autistas na atualidade. Finalmente, serão apresentadas as considerações finais do trabalho.

Psicanálise e Política: possíveis enlaces

Na literatura psicanalítica, o termo “política” surge de modo polissêmico, indicando diferentes aspectos de um mesmo objeto. Para Goldenberg (2006), existe entre psicanálise e política uma relação de inerência, situada menos na teoria que na prática, no exercício mesmo da psicanálise, que lida com os problemas da escolha e da liberdade. Também Kehl (2010)

³ “(...) psicanálise em extensão, ou seja, tudo o que resume a função de nossa Escola como presentificadora da psicanálise no mundo, e psicanálise em intensão, ou seja, a didática, como não fazendo mais do que preparar operadores para ela” (LACAN, 1967/2003, p.251).

remete à liberdade ao afirmar que a psicanálise é um dispositivo político, no sentido mais amplo da palavra: libertador, de uma potência extraordinária.

Refletindo a heterogeneidade própria a esse campo, Checchia (2010) aponta à inexistência de um consenso no interior da psicanálise sobre a concepção de cura, lembrando que cada concepção, considerando as variações teóricas e técnicas da psicanálise, leva a diferentes políticas de tratamento, fazendo com que a clínica tenha papéis sociais diversos. Citando Lacan (1959-1960/1997), indica que principalmente na psicanálise norte-americana (Psicologia do Ego) “a clínica psicanalítica aderiu à ideologia social dominante e se transformou num mero instrumento de normatização e de adaptação do indivíduo às condições sociais vigentes” (p.90).

Entretanto, como indicam Safatle e Ianini (2015), a política não necessita ser pensada como reflexão estruturada acerca das formas das identidades coletivas em sua pretensa autonomia. Se a psicanálise traz efeitos ao pensamento político, é por propor uma nova concepção de conflito, de diferença e de singularidade sobre a economia de relações entre sujeito e sociedade.

Nesse sentido, Goldenberg (2006) lança a política em sua relação à arte, buscando afastá-la da ideia de uma ciência exata e inserir em sua prática o fator humano, singular e irrepetível. Nessa conceituação, encontra-se anunciado um importante articulador entre os campos da psicanálise e da política: a dimensão do sujeito do inconsciente.

Rosa (2004, não paginado) aponta esse lugar, ainda que suposto no trabalho de escuta, ao dizer de uma condição política e metodológica comum ao trabalho analítico: “seja em que âmbito for, sustenta-se na possibilidade de tomar o discurso do mestre pelo avesso, ou seja, em uma vertente não totalitária ou fundamentalista”. A dimensão do sujeito ganha ênfase igualmente no texto de Birman (1994), que afirma que algumas temáticas de outras disciplinas assumem certa singularidade quando confrontadas à psicanálise, que as retoma a partir do lugar da função sujeito.

Bezerra (1999) reitera esse lugar ao situar a clínica como espaço de experimentação, lugar da reinvenção, da renovação da escuta e do olhar. Ainda, coloca como condição para a sustentação desse lugar a busca pela superação das dicotomias indivíduo-sociedade, psíquico-social, clínica-política, etc., afirmando que

toda clínica é social e toda política diz respeito à vida subjetiva de cada indivíduo. A singularidade [...] só pode surgir e ser experimentada no campo das relações com os demais sujeitos, no campo de suas relações sociais. Estas, por sua vez, só ganham

significação, só se reproduzem ou se modificam pela apreensão que os sujeitos fazem delas (BEZERRA, 1999, p.18).

Esse sujeito, vale dizer, não é um sujeito abstrato, mas atravessado pelo gozo e pelo desejo. Este, ainda que singular, não é individual, pois está remetido ao desejo do Outro, regulado por um discurso que o posiciona no laço social (ROSA; CARGINATO; BERTA, 2006), isto é, por um discurso que é também político.

Fundamental na clínica psicanalítica, a noção de sujeito radicaliza-se em termos da clínica do autismo, implicada em sua constituição. Dessa forma, o trabalho passa pela constituição do sujeito de desejo, possível somente a partir do laço com o outro, de modo que uma inscrição social – que inicia na família, com os agentes materno e paterno – se faz presente desde o princípio para o humano.

Com efeito, a constituição do sujeito é orientada na clínica do autismo por um trabalho de escuta; escuta analítica que é, desde Freud, transgressora em relação aos fundamentos da organização social. Dessa escuta, sobretudo quando o sujeito se revela enquanto tal, não se sai isento: é necessário um posicionamento ético e político (ROSA, 2002).

Silva (2010) exemplifica o compromisso ético da psicanálise, apontando a um ato de subversão que opera nos limites clínica-social. Ao discutir sobre o atendimento de adolescentes com histórico de abrigamento institucional, marcados pelo diagnóstico de “conduta antissocial”, ela lembra que oferecer uma escuta à palavra do sujeito, em um contexto em que tudo já é sabido, classificado, julgado e decidido, tem caráter revolucionário. Assim, sustentar (em transferência) uma posição de escuta torna-se um ato de valor subversivo, ao revolucionar a ordem social vigente que pouco quer saber do sujeito.

De outro lado, Calazans (2008) faz referência às tentativas de regulamentação da psicanálise para lembrar as duas feições que esse movimento tomou no Brasil: o Ato Médico, que pretendeu submeter as disciplinas do campo da saúde a decisões avaliativas dos médicos; e a pretensão de criar um protocolo único de avaliação das psicoterapias, de modo a conceder-lhes critério de cientificidade. O autor nota como, nos dois casos, questões de ordem clínica são apresentadas em termos políticos, e questiona: qual tratamento dispensar a um sujeito que sofre?

No campo do autismo, quando o Estado flerta com a possibilidade de barrar a atuação psicanalítica com sujeitos autistas, a mesma questão é colocada. Qual tratamento dispensar a um sujeito que sofre? E quem decide sobre isso? Aqui temos um desencontro: a política atual faz referência ao discurso capitalista, aquele que se emoldura no discurso da ciência em união

com o mercado (BERNAL, 1999). Nesse discurso, imperam as promessas de felicidade e de gozo, fazendo funcionar um (bem) “para todos”. De modo contrário, ao psicanalista não cabem as universalidades, pois gozo e desejo relacionam-se com uma verdade particular. “Bem para todos” é impossível.

Como clínica do sujeito, a psicanálise não é uma prática que visa o bem, mas pensar e questionar o mal que é feito em nome dos bens da identificação que tem o poder de evitar qualquer questionamento sobre a situação do sujeito (CALAZANS, 2008). Nessa lógica, será que a ação política refere-se unicamente a projetos pré-definidos, ou seria possível pensá-la como uma modalidade de ação orientada pela ética (RIBEIRO, 2011)?

Conforme Rosa, Carignato e Berta (2006), as modalidades de laço social ensejadas pelo discurso capitalista, ao conceber sujeitos alheios e descomprometidos ante a uma realidade (im)posta, suspendem os dilemas éticos. Trata-se, portanto, de uma política que prescinde da ética, gerando mal-estar e violências. Tais dilemas, a psicanálise busca recolocá-los, ressitando aí o lugar do sujeito.

Nessa perspectiva, a psicanálise é política não por se alinhar ao modelo de gestão atual, mas por buscar romper com certo estado de coisas que abandona os sujeitos ao desamparo (das certezas): dos discursos totalizantes, dos caminhos únicos, das formas pré-definidas de gozo. Para que ela mesma não venha cair no lugar da verdade, das certezas, talvez seja importante aos psicanalistas estarem cientes de que não há clínica que não seja, ao mesmo tempo, política, exercício de poderes (PALOMBINI, 2006), e questionarem-se: qual política opera minha clínica?

A “batalha do autismo”

Em 2012, o autismo foi declarado Grande Causa Nacional pelo governo francês. Desde então, foi anunciada guerra à psicanálise, investida da qual participam membros do governo, representantes de associações de pais de autistas e a grande mídia.

O ódio à psicanálise tem sua história. Desde que Kanner (1943) iniciou os estudos sobre o autismo, a psicanálise tem sido marcada pelo estigma de culpabilização das mães. Participante da hipótese clínica inicial, a mãe do autista foi imaginariamente atacada: “fria”, “distante”, “mãe geladeira”. Embora não representem de forma geral o posicionamento da psicanálise, esses conceitos influenciaram as produções de uma época (ZIMMERMANN,

2012) e produziram restos que atualizam ainda hoje a figura do psicanalista como carrasco materno.

No território francês, a pauta anti-psicanálise assumiu importante lugar na agenda política. Em fevereiro de 2004, o Instituto Nacional de Saúde e da Pesquisa Médica (INSERM) publicou um estudo no qual, a partir de parâmetros ditos científicos, três psicoterapias foram avaliadas. Na avaliação, receberam destaque as terapias cognitivo-comportamentais, enquanto a psicanálise, situada fora dos padrões considerados científicos, foi desqualificada.

Em 2005, uma circular relativa à política francesa de assistência a pessoas portadoras de Autismo e Distúrbios Invasivos do Desenvolvimento (TID), determinou:

Suas causas (do autismo) estão ligadas provavelmente a processos complexos, nos quais a intervenção de fatores genéticos múltiplos está em evidência e fatores ambientais diversos podem estar implicados. As teses passadas sobre uma psicogênese exclusiva do autismo, que tinham o mérito de despertar a atenção para as pessoas autistas, mas tinham gravemente acentuado a angústia dos pais, devem ser largamente descartadas (LAURENT, 2014, p22).

Transformado em distúrbio cognitivo, somente os métodos cognitivo-comportamentais poderiam ser admitidos e generalizados para o tratamento do autismo, fazendo-se com que não haja mais lugar para a psicanálise nesse campo, uma vez que é voltada necessariamente para a subjetividade (FERREIRA, 2014).

Em 2012, a Haute Autorité de Santé (HAS), órgão responsável pelo controle da boa qualidade do sistema francês de saúde pública, publicou o documento intitulado “Recomendações para a boa prática. Autismo e outros transtornos do desenvolvimento: Intervenções educativas e terapêuticas dirigidas a crianças e adolescentes”, que descreve as condutas a serem seguidas pelos profissionais da saúde que trabalham com a clínica do autismo. Mesmo antes de sua publicação oficial, o documento gerou polêmica na França. No jornal *Libération*, a questão do autismo mereceu destaque em reportagem intitulada “Autismo – psis foram reduzidos ao silêncio” (PERRONE, 2012). Acontece que, no documento, fica clara a prioridade de condutas cognitivas e comportamentais, em detrimento de aspectos psicopatológicos, o que levou um grupo de psicanalistas a propor uma releitura crítica do material, que não evidenciava os aspectos psicodinâmicos do quadro. Segundo publicado no *Libération*, o relatório afirma que “a falta de dados sobre a eficácia e a divergência de opiniões expressas permitem concluir a não pertinência das intervenções sustentadas em abordagens psicanalíticas e na psicoterapia institucional” (PERRONE, 2012, p.100).

Avançando ainda mais e de forma explícita, o deputado Daniel Fasquelle propõe um projeto de lei que “visa proibir o acompanhamento psicanalítico de pessoas autistas, a favor dos métodos educacionais e comportamentais. Para ajudar as pessoas a lidar com o autismo, a França não pode continuar a tolerar e apoiar as práticas do tipo psicanalítico no tratamento do autismo”, ou ainda, visa “o impedimento das práticas psicanalíticas no acompanhamento das pessoas autistas, a generalização dos métodos educativos e comportamentais e a realocação de todos os financiamentos existentes para esses métodos” (G5, 2013; PERRONE, 2012).

Em consonância com essas movimentações, em 2011 foi lançado o filme “Le mur ou la psychanalyse à l’épreuve de l’autisme” (O muro ou a psicanálise à prova do autismo), que traz uma série de entrevistas com renomados psicanalistas franceses. Na montagem do documentário, no entanto, as entrevistas foram editadas e entremeadas por depoimentos de pais e de crianças autistas que descrevem e deslegitimam a eficácia da psicanálise, em comparação aos rápidos e palpáveis resultados dos métodos cognitivo-comportamentais (G5, 2013).

Sob edição, o discurso dos psicanalistas enfatiza a atribuição de culpa aos pais nos casos de autismo e o necessário distanciamento desses para a efetivação do tratamento. Como esperado, o filme foi amplamente divulgado e causou grande impacto, principalmente nas associações de pais. Em virtude do conteúdo altamente deturpado do filme, sua exibição foi proibida em território francês, por intermédio da justiça.

O combate à psicanálise alcançou outros países, como Argentina, Itália e Brasil, provocando repercussões e consequências similares. Em território brasileiro, a batalha contra a psicanálise e a favor das teorias cognitivo-comportamentais encontrou resistência quando a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo lançou um edital convocando instituições de saúde especializadas no atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista para credenciamento junto ao SUS, determinando como condição que os psicólogos adotassem “avaliações de nível cognitivo e comportamental” (FERREIRA, 2014). O edital deflagrou o Movimento Psicanálise, Autismo e Saúde Pública (MPASP), do qual fazem parte psicanalistas e profissionais de saúde, instituições de psicanálise de diferentes filiações teóricas, organizações não governamentais, instituições de ensino, etc.

No princípio, o movimento delineou como objetivo imediato a organização de Grupos de Trabalho para produção de um material consistente, com a apresentação de respostas ao movimento de desqualificação do tratamento psicanalítico do autismo. Entre esses trabalhos

estão incluídos o Manifesto, a Carta de Princípios do MPASP e os textos dos Grupos de Trabalho, apresentados em Jornada realizada em março de 2013⁴.

O movimento foi a público formalmente em 02 de abril, Dia Mundial de Conscientização do Autismo, com uma carta Manifesto que buscou evidenciar as tentativas de exclusão das práticas psicanalíticas de políticas públicas voltadas ao atendimento das pessoas autistas, ressaltando o compromisso ético de conceder aos indivíduos a opção de escolha pelo seu tratamento. Além disso, situou em suas finalidades a organização e coordenação dos esforços que vem sendo empreendidos no sentido de fornecer informações abalizadas e responsáveis, isentas de interesses políticos e ideológicos particulares, para subsídio da definição e implantação de políticas públicas de saúde mental e, em especial, para pessoas com autismo (MPASP, 2013).

A polêmica do autismo convocou os analistas ao campo político para uma verdadeira batalha, como sugere o livro de Laurent (2014). O MPASP permanece reunindo profissionais implicados com o trabalho junto aos autistas e na sustentação da ética psicanalítica. Um “movimento” que demanda a ultrapassagem dos limites da clínica e das instituições psicanalíticas, dos dizeres entre pares, e a produção de endereçamentos outros, que incluam o social.

⁴ Todos os trabalhos produzidos pelo MPASP podem ser encontrados no blog do Movimento <http://psicanaliseautismoesaudepublica.wordpress.com/>

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Problematizar as relações psicanálise-política, em sua articulação à clínica do autismo.

Objetivos Específicos

Identificar os operadores que podem responder pela e/ou possibilitar a amarração psicanálise-política;

Problematizar o estatuto do autismo no contemporâneo;

Analisar os discursos da psicanálise e do capitalismo, no modo como atravessam a questão do autismo na contemporaneidade;

ARTIGO 1

PSICANÁLISE E POLÍTICA: COSTURAS TEÓRICO-CONCEITUAIS

Resumo

Trata-se de uma pesquisa exploratória, centrada na questão: Como, ou a partir de que operadores, pode-se produzir uma articulação rigorosa dos campos político e psicanalítico? Como método, realizou-se uma busca sistemática de artigos nacionais acerca do tema, através dos descritores “psicanálise *and* política”. Foram incluídas as publicações dos últimos cinco anos. De um total de 390 artigos, 10 constituíram a amostra final do estudo. A articulação resultante evidenciou um complexo quadro conceitual, que partiu da ideia freudiana do impossível (da felicidade) e da noção lacaniana de falta estrutural, alcançando os conceitos de pulsão de morte, gozo e desejo, bem como considerações sobre a ética da psicanálise, o poder e o bem. Um cenário teórico que situa as reflexões acerca da política, do social e do poder como parte constitutiva da história da psicanálise, definitivamente marcada pelo campo político.

Palavras-chave: psicanálise; política; ética; gozo; desejo

Abstract

This article consists on an exploratory research, centered in the question: How, or throughout with operators, it might be produced a rigorous articulation between political and psychoanalysis fields? As for the method, it was conducted a systematic review on national articles about such theme, through the descriptors “psychoanalysis and politics”. There were included publications from the last five years. From a total of 390 articles, 10 of them constituted the final sample of the study. The resulting articulation reveals a complex conceptual table, which came up by the Freudian idea of impossible (happiness) and the Lacanian notion of structural lack, reaching the concepts of death drive, enjoyment and desire, as well as considerations on psychoanalysis ethics, power and good. A theoretical scenario

that sets up the reflections upon politics, social and power as constitutive parts of psychoanalysis' history, definitely marked by the political field.

Keywords: psychoanalysis; politics; ethics; enjoyment; desire

Resumen

Esta es una investigación exploratoria, centrada en la cuestión: ¿Cómo, o desde que operadores, se puede producir una articulación rigurosa de las áreas de la política y de la psicoanálisis? Para el método, se realizó una búsqueda sistemática de artículos nacionales sobre el tema, por medio de los descriptores “psicoanálisis *and* política”. Se incluyeron las publicaciones de los últimos cinco años. Desde un total de 390 artículos, 10 constituyeron la muestra final de la investigación. La articulación resultante demostró una compleja tabla conceptual, que inició tras la idea freudiana del imposible (la felicidad) y de la noción de la falta estructural de Lacan, llegando hasta los conceptos de pulsión de muerte, goce y deseo, así como consideraciones sobre ética en psicoanálisis, el poder y el bien. Un escenario teórico que ubica las reflexiones sobre la política, el social y el poder como parte constitutiva de la historia de psicoanálisis, definitivamente marcada por el campo político.

Palabras-clave: psicoanálisis; política; ética; goce; deseo.

Introdução

O campo da política não é desconhecido à psicanálise. A dimensão do político esteve sempre presente na escrita freudiana, seja nos textos considerados sociológicos, seja em sua metapsicologia. Não obstante, e como efeito da heterogeneidade das leituras que a constituem, a questão sobre as possibilidades de articulação psicanálise-política insiste em retornar ao debate contemporâneo, sob as mais diversas formas: Como a psicanálise opera na saúde pública?; O que tem a dizer sobre o social?; Cabe aos analistas engajarem-se em pautas políticas, ou pronunciarem-se sobre elas?; É possível sustentar o discurso psicanalítico na universidade?

Tais questões, não sendo necessariamente novas questões, convocam os analistas a trabalhar no sentido de (re) situar a psicanálise nos espaços além-clínica, preservando nesse movimento o que lhe sustenta: seu discurso. Tarefa difícil, sobretudo frente à tendência, tributária do individualismo moderno (Ribeiro, 2011), de cisão da clínica e do social – da política.

Uma das faces dessa divisão evidencia-se nas leituras hierárquicas e/ou valorativas das relações entre psicanálise pura e aplicada. Ainda hoje, muitos psicanalistas opõem-se ao fazer analítico no social, defendendo sua restrição à clínica, preferencialmente nos consultórios privados (Endo, 2016). Nessa acepção, as produções do psicanalista não tem valor analítico fora desse espaço concreto, de modo que sua inserção em outros campos efetiva-se a nível pessoal, enquanto cidadão participante do social.

Nossa leitura considera outra perspectiva. Em 1919, perante o questionamento acerca da aplicação da psicanálise às massas, Freud alude a uma necessidade de adaptação da técnica psicanalítica às novas condições sociais, sem, contudo, abandonar os “ingredientes mais efetivos e mais importantes [...], aqueles tomados à psicanálise estrita e não tendenciosa”

(p.179). Mais adiante, em *A questão da análise leiga* (1926), o autor indica a ilogicidade da distinção entre a análise médica e as aplicações da psicanálise, demarcando uma linha divisória entre a análise científica e a análise aplicada. Esta, que inclui a clínica, não se limita a ela, de modo que “o emprego da análise para o tratamento das neuroses é somente uma das suas aplicações; o futuro talvez demonstre que não é o mais importante” (p.243).

Na esteira dessa discussão, Lacan (1967/2003) propõe os conceitos de psicanálise em extensão e psicanálise em intensão⁵, respectivamente, a presentificação da psicanálise no mundo e sua doutrina. Como em Freud, o contexto institucional de enunciação da Proposição lacaniana, a Escola, circunscreve tais conceitos ao percurso de formação do analista, evidenciando o dinamismo de sua articulação.

Como dois momentos do fazer psicanalítico, extensão e intensão estabelecem entre si não uma relação de oposição ou separação, mas de continuidade moebiana. Esta noção impõe-se à de complementaridade, dada a impossibilidade de composição do Um e o particular trabalho da psicanálise com a dimensão da falta. Por sua vez, as noções de oposição e separação parecem-nos igualmente equivocadas, visto que a psicanálise é sua própria clínica; teoria e prática coincidem. Qualquer que seja a “topografia” (Endo, 2016), a psicanálise não se conforma a uma sociologia ou cosmovisão, *Weltanschauung*, visto que ao analista cabe o trabalho com o inconsciente, essa Outra cena anunciada por Freud.

A construção da prática nos limites intensão-extensão, da clínica e da política, requer do analista um trabalho de costura, algo como o caminhar incessante das formigas de Escher pela Banda de Moebius⁶. É o dinamismo das formigas que evidencia a ilusão contida na

⁵ “(...) psicanálise em extensão, ou seja, tudo o que resume a função de nossa Escola como presentificadora da psicanálise no mundo, e psicanálise em intensão, ou seja, a didática, como não fazendo mais do que preparar operadores para ela” (p.251).

⁶ A Banda de Moebius é uma figura topológica de superfície unilátera, na qual não há fronteira clara entre interno e externo. Na clássica gravura de Escher, na qual formigas

imagem: que *o outro lado da fita é o mesmo lado*, não há dentro e fora. Resulta disso que o movimento não cessa: as conexões estão sempre sendo (re) feitas.

Nesta pesquisa, buscamos situar os “nós” dessa costura, seus pontos de sustentação. Dito de outro modo, objetivamos localizar os operadores que podem responder pela e/ou possibilitar a amarração psicanálise-política, sem, com isso, negligenciar a clínica e “os ingredientes mais efetivos e mais importantes”, aqueles que possibilitam operar uma psicanálise.

Método

Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, centrada na questão: Como, ou a partir de que operadores, pode-se produzir uma articulação rigorosa dos campos político e psicanalítico?

Em março de 2016, foi realizada uma busca sistemática de artigos científicos nos seguintes portais e bases de dados: Scielo, Pepsic, Lilacs, BVS e Portal de Periódicos da CAPES. Considerando a abrangência do problema proposto, foram utilizados na pesquisa os descritores “psicanálise *and* política”, sem variação de cruzamentos. Optamos trabalhar com os artigos nacionais dos últimos cinco anos, de modo a mapear a produção contemporânea sobre o tema.

Na primeira busca foram encontrados 390 artigos. Estes foram avaliados segundo os seguintes critérios de inclusão, definidos previamente pelas autoras: 1) artigos nacionais publicados em português; 2) com texto completo disponível; 3) publicados no período entre 2010-2015; 4) em revistas indexadas. A exclusão de artigos obedeceu aos seguintes critérios:

percorrem a Banda, a representação da estrutura espacial de superfície infinita inclui as formigas para indicar a impossibilidade de representar o dentro e o fora como espaços antagônicos.

1) artigos repetidos; 2) resenhas de livros, dissertações e teses; 3) estudos com pouca ou nenhuma relação com o tema da pesquisa.

Após a leitura dos resumos e eliminação dos artigos que não se adequaram aos critérios de inclusão ou que se adequaram aos critérios de exclusão, restaram 50 artigos. Estes foram lidos e tabelados de acordo com sua caracterização, síntese de conteúdo, objetivos e principais resultados/considerações. A última exclusão, baseada no conteúdo, considerou a relevância do material descrito ao objetivo da pesquisa.

Finalmente, restaram os 10 artigos que compõem o *corpus* de análise deste estudo. Para a apresentação do material final, os dados dos estudos foram tabelados de acordo com sua caracterização (Tabela 1).

Resultados e discussão

Tabela 1: Lista de artigos

Nº	Título do artigo	Autores	Periódico	Ano
1	O drama pulsional, ético e político no sujeito da psicanálise	Leonardo Danziato	Contextos Clínicos	2010
2	A psicanálise aplicada à terapêutica e a política da psicanálise hoje	Sérgio Laia	Asephallus (Revista Eletrônica)	2010
3	A psicanálise aplicada ao sintoma: uma resposta ética aos impasses enfrentados pelos psicanalistas na atualidade	Alexandre Cruz & Ilka Ferrari	Psicologia Clínica	2011
4	Sintoma e política	Sonia Alberti	Mal-estar e subjetividade	2011
5	O gozo e o poder no Seminário A ética da psicanálise de Lacan	Leonardo Danziato	Tempo psicanalítico	2012
6	A ética do desejo e a política da falta	Arlindo Carlos Pimenta	Reverso	2012

7	Em torno da guerra e do pacifismo	Betty Fuks	Revista de Psicologia	2012
8	Heterogeneidade e imanência entre o gozo e o poder	Leonardo Danziato	Psicologia Política	2014
9	Mal-estar na política: notas de psicanálise, educação e cultura	Eric Passone	Educação Temática Digital	2014
10	Democracia por vir: indignação e esperança	Betty Fuks	Revista de Psicologia	2015

A leitura e a análise do conteúdo dos artigos originaram as categorias apresentadas, de acordo com o disposto na Tabela 2. A discussão, que produz interlocução com os textos originais de Freud e Lacan, baseia-se amplamente nos artigos analisados.

Tabela 2: Descrição das categorias

Categoria	Descrição
O impossível (da felicidade) e a escolha do sujeito	Apresenta a ideia do impossível da felicidade em Freud e, com a noção lacaniana de falta estrutural, aborda a dimensão ética da escolha do sujeito frente ao social: manter seus traços de singularidade ou entregar-se ao Outro e à massa.
A regulação social do gozo e a política	Trabalha o conceito de gozo, sobretudo no que concerne às tentativas dos discursos sociais, tal como o político, de regulá-lo e redirecionar incessantemente seus restos: missão fracassada.
Uma saída ética: políticas da psicanálise	Apresenta as políticas da falta-a-ser e do sintoma, políticas da psicanálise, como contraponto possível aos discursos que buscam deduzir a falta no sujeito.

O impossível (da felicidade) e a escolha do sujeito

Poderíamos dizer, adverte Freud (1930), que o propósito de que o homem seja feliz não faz parte da Criação. Naquele que foi considerado um de seus textos mais obscuros, o psicanalista desvela a persistência de um mal-estar inescapável, um sentimento de perda de lugar que marca a existência humana e limita a própria ideia de felicidade.

Ser feliz é impossível em Freud na medida em que o humano está na cultura sob a condição de renúncia de impulsos e satisfações. Ele aceita perder uma parcela do seu gozo para gozar no coletivo, através dos dispositivos oferecidos pelo social: a substituição do poder (e do “prazer”) do indivíduo pelo poder da comunidade, eis o passo cultural decisivo.

Quanto ao social, podemos situá-lo pela noção de que o Eu é o outro, o Eu é sempre outra coisa, é dividido. Com Lacan, que o sujeito estabelece relativamente ao Outro uma posição de alienação e de separação (Alberti, 2011; Fuks, 2012). Isto é, o campo do social se estabelece para o humano através da função da alteridade e da dialética de trocas imaginário-simbólicas com o outro/Outro. Este Outro, referência primeira para o *infans*, portador da linguagem que poderá enlaçar o sujeito ao social, transmite-lhe também a estrutura de falta a qual Freud se refere. A dimensão do impossível, articulada à Lei e ao desejo, que faz persistir o sentimento de falta de lugar, mal-estar.

A despeito da crença na promessa política de felicidade absoluta (Passone, 2014), há na estrutura da sociedade um ponto irreduzível de desencontro que estabelece um conflito entre o sujeito e a ordem social. Um desencontro fundamental que caracteriza o drama do sujeito freudiano (Danziato, 2010) e testemunha o fracasso das práticas sociais em serem plenas.

A descrição freudiana assinala a precariedade da relação do sujeito com a realidade, no sentido de que ele não se adequa completamente a esta (Lacan, 2008; Danziato, 2010). Se por

um lado toda psicologia individual é igualmente psicologia social, e as leis que orientam a vida do indivíduo marcam também o plano coletivo, de outro encontramos uma impossibilidade lógico-discursiva de redução do singular ao universal (Danziato, 2014), que se traduz como impossibilidade do encontro na relação com o outro.

Nessa perspectiva encontramos a dimensão ética, utópica e política do impossível em Freud. Posto que a relação plena com o outro é ilusória e a unidade pura e sem faltas é barrada ao sujeito (Fuks, 2012; 2015), cabe a ele criar sua própria versão de felicidade. No fracasso das “soluções universais”⁷, o que se apresenta é esse sujeito intervalar que é o sujeito do inconsciente (Danziato, 2014).

Lacan (2008) já advertia que a verdade a qual procuramos na experiência concreta, se é libertadora, trata-se de uma verdade particular, que vamos procurar num ponto de sonegação do sujeito. Articulada ao desejo, a verdade não tem o caráter de uma lei universal, mesmo que seja universal sua particularização em cada um dos seres humanos. Frente à falta, cabe ao sujeito escolher: manter um traço de singularidade ou, a fim de abster-se de sua divisão subjetiva, entregar-se ao discurso e ao desejo do Outro e da massa (Danziato, 2010).

Na massa, o sujeito paga com sua liberdade. A busca de identificação entre os membros, seu amor pela unidade, produz efeitos de universalização que obliteram a diferença. Nessa lógica, persiste a ambivalência característica dos processos identificatórios: amor aos iguais, ódio e intolerância ao estrangeiro.

O conceito de narcisismo das pequenas diferenças está na base dessa estrutura de poder. Enquanto o termo “narcisismo” define a estrutura do amor, as “pequenas diferenças” designam as diferenças reais que impedem ao outro ser um perfeito semelhante ao grupo (Fuks, 2015). Como representante do estrangeiro a partir do qual o Eu constitui-se, o odiado

⁷ Como as oferecidas pela religião (Freud, 1930) e pela ciência (Lacan, 2008).

não porta uma diferença qualquer, mas aquela que produz estranhamento suficiente para lembrar *a própria divisão do sujeito* (Fuks, 2012). Assim, o ódio não é originado da distância, mas da proximidade. Acionados nas “pequenas diferenças”, os impulsos hostis dirigem-se àqueles que estão “um pouco mais além do espelho” (p.52), gerando no sujeito uma inquietante estranheza ao demarcar aquilo que lhe é o mais íntimo e o mais exterior.

Homogeneizado à massa, o sujeito abstém-se do desejo a fim de tamponar a angústia gerada por sua condição faltante, ela mesma essencial ao ato de desejar. Por outro lado, resta-lhe sempre a escolha política e ética de manter os traços que o singularizam, através da sustentação de seu desejo. Nesse caso, ele opta pela instabilidade de sua posição, relativa à divisão subjetiva e à fenda própria do inconsciente (Danziato, 2010).

Situar a posição do sujeito é reconhecer o que a psicanálise propõe como uma ligação íntima entre as dimensões da ética e da política (Fuks, 2015; Alberti, 2011; Passone, 2014; Danziato, 2010; 2012; 2014), na medida em que não se trata de um sujeito abstrato ou individualizado, mas atravessado pelo gozo e pelo desejo, este remetido ao desejo do Outro. Enlaçado ao social, portanto alienado aos discursos que o constituem, cabe a esse sujeito o trabalho de manutenção de um espaço singular a partir do qual, não sem angústia, poderá articular uma resposta inédita ao enigma do desejo do Outro: *Che vuoi?*

A regulação social do gozo e a política

A problematização ética, contudo, só é possível se considerarmos a novidade inscrita por Freud em *Além do princípio do prazer*:

“[Freud] passa a perceber que o sujeito estabelece uma relação com o desejo bem mais complexa do que imaginava, para além do campo de significação sustentado pela lógica do princípio do prazer, uma vez que abre clinicamente a possibilidade de

manter sua insatisfação e, mais do que isso, de gozar com ela. Ele se depara com essa dimensão ética contraditória, que inconscientemente boicotava sua própria condição de sujeito ou a realização de algo do seu desejo” (Danziato, 2014, p.32).

Com o conceito de pulsão de morte⁸, Freud (1920) reconhece a presença no psiquismo de uma tendência que subsiste sem considerar o princípio do prazer, fornecendo ao sujeito uma satisfação mórbida. Até então, o psicanalista assumira a soberania do princípio do prazer no funcionamento psíquico, ligando a obtenção de satisfação à diminuição da tensão. A persistência de fenômenos desagradáveis e traumáticos na vida dos sujeitos, e, sobretudo, o trabalho com as neuroses traumáticas com sonhos, leva-o a considerar a existência de uma disposição destrutiva de retorno ao anorgânico, a pulsão de morte. A partir dessas primeiras e importantes especulações, como lhes nomeou, Freud passa a perceber que o sujeito encontra prazer na dor, podendo manter a insatisfação para gozar dela.

Apesar de não conceituá-lo, o psicanalista delinea nesse campo o gozo, que se apresenta a ele como um excesso pulsional da ordem do traumático (Danziato, 2010), um real inalisável que faz limite à clínica. Como situar esse limite?

Vale lembrar que, por condição de estrutura, a lógica de totalização falha no humano. Como seres de linguagem, somos definitivamente marcados pela falta que ela carrega, falta essa que constitui a ordem simbólica como tal. Seguindo Lacan, compreendemos que a linguagem promove uma barreira ao gozo, de modo que o trabalho humano, a cultura, tem por finalidade refreá-lo, conter seus excessos mortíferos.

Nesse sentido, todo discurso pretende uma regulação do gozo, fracassando no intuito de dissolvê-lo completamente. Em função da incompletude do simbólico, a absorção do gozo

⁸ Coutinho Jorge (2010) assinala que a grande maioria das obras freudianas que tratam do vínculo do social e da cultura são posteriores a 1920, e foram possibilitadas pela virada produzida a partir do conceito de pulsão de morte.

pela linguagem nunca é plena. Algo do real resiste às tentativas de regulação do gozo, havendo sempre um resto, um dejetivo do excesso de gozo que denuncia a impossibilidade de controle da pulsão (Passone, 2014). Como o que excede ao simbólico, o gozo representa a impossibilidade de grafar o todo pulsional, fazendo assim limite à clínica. Isso ocorre na medida em que o efeito da pulsão sobre o corpo deixa marcas da ordem de uma divisão que implica os limites do simbólico, de uma impossibilidade real no simbólico (Danziato, 2010; 2012).

No seminário A ética da psicanálise, Lacan (2008) retoma a Coisa freudiana para dizer desse núcleo de real. Como elemento estranho (*Fremde*), isolado pelo sujeito de sua experiência com o outro (*Nebenmensch*), *das Ding* remete à perda originária decorrente do encontro do humano com a linguagem. Em torno desse objeto perdido, exterior ao simbólico, se movimentam as representações (*Vorstellung*) e o campo da linguagem, e se orienta “todo o encaminhamento do sujeito”, um encaminhamento de referência em relação ao mundo dos seus desejos.

Se *das Ding* põe em cena para o sujeito o momento mítico de encontro com o outro, trata-se de reencontrá-lo: “Esse objeto estará aí *quando todas as condições forem preenchidas*, no final das contas – evidentemente, é claro que o que se trata de encontrar não pode ser reencontrado. É por sua natureza que o objeto é perdido como tal. Jamais ele será reencontrado” (Lacan, 2008, p.68, grifo nosso).

Reencontrar *das Ding*, elemento que anima a busca do sujeito, é impossível na medida em que o objeto da satisfação inexistente enquanto tal. Referido ao simbólico, o sujeito submete-se a uma perda de gozo, uma “falta-de-gozar” que possibilita a sustentação do laço social e evidencia a falta do objeto da completude, do Outro absoluto.

Ainda assim, certas proposições discursivas, como as políticas, buscam canalizar o que advém dessa impossibilidade, recusando imaginariamente os efeitos de real que ela comporta; fazendo crer na existência de um objeto universal de gozo; ou ainda propondo uma totalização discursiva – as ilusões políticas – que busca sobrepor saber e verdade como um modo de ocultar o vazio e vincular gozo e laço social (Danziato, 2012).

Articulando sua teoria dos discursos, Lacan (1992) sinaliza que a ideia de que o saber possa constituir uma totalização é imanente ao campo político: “a ideia imaginária do todo tal como é dada pelo corpo – como baseada na boa forma da satisfação, naquilo que, indo aos extremos, faz esfera –, foi sempre utilizada na política, pelo partido da pregação política” (p.31). O que deveria ser renunciado, pois perdido, o capitalismo oferece na forma de objeto-mercadoria. Trata-se da lógica da economia capitalista de gozo e seus modos de dissolver o desejo, através do oferecimento de um gozo dos objetos que sustenta a ilusão de que uma recuperação do gozo perdido é possível no âmbito do mercado (Danziato, 2012).

Como o que resiste às estratégias de poder e fracassa no projeto político, o gozo é o traço subversivo diante do poder e do outro, sendo também o próprio efeito das estratégias de poder. Eis o paradoxo. De acordo com cada momento histórico, o poder produz e oferece formas de gozo, sendo o discurso político uma delas (Danziato, 2014; Passone, 2014). Elemento intrusivo no corpo e na política, o gozo faz funcionar as estratégias e discursos sociais que buscam incessantemente gerir e reconduzir seus restos. Enquanto o que o social tenta grafar, dá forma à sociedade, constituindo-se igualmente no que contém seu fracasso (Danziato, 2014).

Passone (2014) sugere uma distinção nesse campo, a partir das noções operatórias de *pulsão política* e *política da pulsão*. A primeira, associada ao mais-de-gozar, articula-se ao discurso dos mestres modernos, como o do capitalismo e o da ciência, que prometem o acesso

impossível ao gozo do Outro. Ela pode ser representada pelo gozo do poder, “cuja lógica perversa inverte qualquer proposta de responsabilização do sujeito pelo seu sintoma, pois é sempre uma ilusão assentada no gozo absoluto de que se trata” (p.525). Portanto, um desejo de morte para o sujeito.

A segunda noção, *política da pulsão*, associa-se ao desejo. Pode ser representada a partir da regulação do gozo, decorrente da sujeição do humano à linguagem, e faz operar o sujeito do desejo. A política da pulsão envolve a falta e a assimetria necessárias para a emergência do desejo, e como política da diferença não visa o outro como fonte de gozo, pois remete à operação significativa que, ao contrário, o detém.

Enquanto discurso, a psicanálise pode associar-se a ambas as políticas. Articulada à pulsão política, pode servir como instrumento aos discursos de dominação, desempenhando papel normativo e ideológico. Tornam-se exemplares aqui as críticas de Lacan à psicanálise norte-americana, notadamente a Psicologia do Ego, caso em que a clínica psicanalítica incorporou a ideologia dominante, transformando-se em mais um instrumento normativo e de manutenção do *status quo*.

Articulada à política da pulsão, pode assumir função de questionamento dos discursos hegemônicos, absolutistas, através da instauração de práticas que subvertem a lógica capitalista de homogeneização e silenciamento dos sujeitos. Aqui, tornam-se exemplares a polêmica do autismo na França (Laurent, 2014) e no Brasil⁹ (APPOA, 2013); o projeto Clínicas do Testemunho (SIG, 2014); as recentes ações em Belo Monte¹⁰; e a plataforma Psicanalistas pela Democracia¹¹. Em todos os casos citados, observa-se um compromisso com

⁹ <https://psicanaliseautismoesaudepublica.wordpress.com/>

¹⁰ <https://www.catarse.me/refugiadosdebelomonte>

¹¹ <http://psicanalisedemocracia.com.br/>

a palavra e sua circulação, com a sustentação do laço social e com o singular que cada história produz e comporta.

Como experiência ética, a psicanálise lida necessariamente com a dimensão do desejo. A política, nesse caso, é a da falta (Pimenta, 2012; Passone, 2014). No trabalho com o que excede – tanto no sentido do que faz excesso (o gozo, o real) como do que faz exceção (o sujeito, o desejo) – pode-se indicar alguns caminhos. A saída ética, para a psicanálise, delinea sua própria política.

Uma saída ética: políticas da psicanálise

Laia (2010) apresenta um paradoxo da ação dos psicanalistas no mundo. Se por um lado a psicanálise não propõe respostas aos impasses da civilização, sua sobrevivência resta ameaçada. Por outro, se suas respostas forem universalmente aceitas, seu discurso está igualmente em risco ou morto. Acompanhamos o argumento do autor

“não me parece compatível com nossa política (ao menos no que concerne à psicanálise de orientação lacaniana) aspirar a que, um dia, o século seja psicanalítico. Em outros termos, por mais afiadas que sejam as críticas da psicanálise ao que nos é oferecido como pílulas da felicidade, por mais contundentes que sejam nossas denúncias de como as novas formas do discurso do mestre não cessam de aumentar o mal-estar contemporâneo, por mais que façamos uma desmontagem efetiva das novas formas de como a segregação se espalha muitas vezes sutilmente no nosso cotidiano, a orientação lacaniana não deve aspirar a uma generalização secular de suas proposições ou, para retomar uma expressão já utilizada inclusive por Freud, a psicanálise não deve se apresentar como uma forma de “visão de mundo”, uma *Weltanschauung*” (2010, não paginado).

A psicanálise, vale dizer, não é uma técnica a ser dominada, e o psicanalista não é um especialista. Confrontado em subordinar o campo da técnica à dimensão ética, ele é convocado a um discurso que encoraja cada um a produzir sua exceção, sua diferença (Cruz & Ferrari, 2011).

Para isso, a formação específica referida por Freud (1926) é indispensável. De encontro à estagnação do pensamento, a psicanálise deve poder formar analistas que não cedam às exigências da civilização, aos apelos do capitalismo, colocando como finalidade Institucional produzir psicanalistas com um objetivo político (Pimenta, 2012). Quer dizer, que possam sustentar o lugar de instabilidade ocupado pela psicanálise na cultura, de estar sempre em movimento, fora do espaço da maioria.

Tal posição a impede de ficar neutra na luta entre a barbárie e a cultura (Fuks, 2012; 2015), possibilitando a invenção de uma política implicada com a *polis*, com a filiação simbólica entre seus contemporâneos, capaz de criar pactos mais solidários (Passone, 2014). Abordamos a seguir duas “políticas da psicanálise” que podem nos guiar nesse caminho: a política da falta-a-ser e a política do sintoma.

Política da falta-a-ser

Conforme Lacan (2008), o psicanalista trabalha com a falta e não com seu eu. Para apreendermos essa dimensão e a via em que se desenvolve a experiência analítica, faz-se necessário um repúdio radical de certo ideal do bem, uma vez que este instaura uma dimensão do poder que nega ao outro sua diferença e, com isso, a possibilidade de desejar.

A política da falta-a-ser define a ética da psicanálise no que ela não se dirige a um bem supremo, à eleição de um objeto que deduz a falta, mas pela constatação de um real primordial que produz os movimentos desejantes e discursivos no sujeito (Danziato, 2012;

Passone, 2014). Ela se diferencia radicalmente da moral do poder, do serviço dos bens, ao interessar-se pelo que esse discurso insiste em ignorar: o campo do desejo.

Como dimensão subversiva da psicanálise (Passone, 2014), o desejo opera politicamente demarcando a diferença do sujeito ante ao Outro, na medida em que “nós o definimos alhures como a metonímia de nosso ser [...] o que somos, e também o que não somos, nosso ser e nosso não-ser” (Lacan, 2008, p.376). Não ceder de teu desejo, agir conforme o desejo que te habita. Lacan dispõe desses apontamentos para fornecer um direcionamento ético à experiência analítica, no que ela toma lugar em meio a discursos que, tais como o capitalista, anestesiaram o sujeito e o distraem no caminho do desejo. Fazendo frente a esses discursos, cabe à psicanálise suscitar um desejo outro (Pimenta, 2012), capaz de retirar o sujeito da inércia, da morte.

Ao não se confundir com as satisfações oriundas de uma política de acesso ao mercado, a política da falta reconhece a inexistência do objeto da satisfação e sua função na manutenção do laço social. Logo, se existir um lugar específico para a psicanálise na cultura, será o de convocar a responsabilidade do sujeito pelo outro e pelo Outro (Fuks, 2012). Sobretudo, pela via da ética e não do bem (que exerço sobre o outro, ou do qual o privo).

Política do sintoma

Além da política da falta, os autores consideram que a definição de uma política atual para a psicanálise deve considerar a noção de sintoma (Cruz & Ferrari, 2011; Alberti, 2011; Danziato, 2010). Tal como trabalhado por Lacan, o sintoma implica o que particulariza ou mesmo singulariza o sujeito. É uma tentativa de posicionamento ante ao mal-estar na cultura, isto é, à impossibilidade.

Considerar o sintoma¹² na política da psicanálise leva-nos a um percurso em direção ao real e ao gozo, de modo que a posição do sujeito possa ser tomada, mesmo clinicamente, como uma posição política no discurso (Danziato, 2010). Isso porque ela porta uma clivagem, um sintoma na lógica discursivo-social que indica a impossibilidade de adequação do sujeito aos ditames morais e à ordem.

Conforme Alberti (2011), em Freud o sintoma pode ser lido como o signo do que não vai bem no real, sendo o que aparece quando é preciso reamarrar uma estrutura que foi abalada. Nessa função, ele não deixa de implicar Eros na tentativa de manutenção do sujeito no laço, em um trabalho que envolve a luta contra a agressividade e sustenta-se na relação das pulsões com a pulsão de morte.

Implicado na sustentação do singular, o sintoma representa uma resistência ao Outro na forma de uma tentativa, ainda que fracassada, de subversão (Danziato, 2010). Por exemplo, no contexto capitalista, em que prevalece um imperativo de produtividade, o sintoma constitui um desvio, problema a ser “consertado”. Na direção oposta, a psicanálise o lê como uma marca do sujeito, um invólucro para o seu estranho-familiar modo de gozar (Cruz & Ferrari, 2011).

Sendo um discurso de renúncia ao gozo do sintoma, a psicanálise pode permitir ao sujeito encontrar outro gozo, contíguo ao desejo (Valas, 2001). Desse modo, não se trata de subestimar o que o sintoma produz de sofrimento e desprazer, senão de escutá-lo na denúncia do mal-estar como o que escapa ao controle, às estratégias de poder, permitindo com isso a construção de outra coisa, outro lugar simbólico, e até mesmo outro modo de gozo.

Considerações finais

¹² Foge às pretensões deste artigo a diferenciação dos conceitos de sintoma e sinthome, embora se reconheça sua importância.

Iniciamos com a questão: Como, ou a partir de que operadores, podemos produzir uma articulação rigorosa dos campos político e psicanalítico?

Já na formulação da pergunta, assumimos o posicionamento de que tal articulação é possível. Fizemo-lo igualmente ao reconhecer a relação moebiana entre intensão e extensão, os dois momentos do fazer psicanalítico. No decorrer da pesquisa, encontramos autores que, sem necessariamente assumir a mesma posição, ofereceram significativos direcionamentos teóricos e clínicos para pensar o tema político na diversidade em que se apresenta no campo psicanalítico, em especial o lacaniano.

Apresentados narrativamente, os resultados conversam com o ensino de Freud e Lacan na medida em que trazem desdobramentos teóricos importantes: a ideia freudiana do impossível (da felicidade) e a falta estrutural tal como proposta por Lacan; o surgimento da pulsão de morte, com a virada teórica e clínica que possibilitou; as considerações acerca do gozo; o desejo e a ética da psicanálise; o poder e o bem. Um quadro conceitual que evidencia as reflexões acerca da política, do social e do poder como parte constitutiva da história da psicanálise, acompanhando seu desenvolvimento enquanto teoria e prática. Nesse sentido, a costura a que nos referimos introdutoriamente, entre intensão e extensão, acompanha a psicanálise desde sua origem, encontrando amparo em alguns de seus principais conceitos.

O campo da política não é desconhecido à psicanálise. Ele marca sua constituição e apresenta-se ali onde ela produz o novo, onde subverte a ordem, onde corta as ilusões humanas de onipotência e completude, ao mesmo tempo em que questiona: a partir daqui, para onde vamos? Interrogação que, partindo do impossível, abre os caminhos do que é possível ao sujeito, considerando a falta. Paradoxalmente, o campo da política se expressa também ali onde a psicanálise produz resistência e encontra a urgência, ela mesma, de

renovar-se discursivamente, a fim de alcançar os sujeitos em suas novas/velhas formas de existir e sofrer.

A questão nos faz trabalhar: Para onde vamos? Com a psicanálise, compreendemos que o tempo da resposta não necessita ser imediato. O que está dado, invariavelmente, é que vamos mancando. Como bem lembra Freud (1920, em citação de Rückert) no último momento de seu *Além do princípio do prazer*: “O que não podemos alcançar voando temos de fazer mancando [...] A Escritura diz que mancar não é pecado”.

Referências bibliográficas

- Alberti, S. (2011). Sintoma e Política. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 21(1), 285-307.
- Associação Psicanalítica de Porto Alegre. (2013). *Correio da APPOA – Dar palavra aos autistas*, 222-223.
- Cruz, A.D.G.; Ferrari, I.F. (2011). A psicanálise aplicada ao sintoma: uma resposta ética aos impasses enfrentados pelos psicanalistas na atualidade. *Psicologia Clínica*, 23(1), p.157-169.
- Danziato, L.J.B. (2010). O drama pulsional, ético e político no sujeito da psicanálise. *Contextos Clínicos*, 3(1), 29-37.
- Danziato, L. (2012). O gozo e o poder no Seminário A ética da psicanálise de Lacan. *Tempo Psicanalítico*, 44(1), 147-166.
- Danziato, L. (2014). Heterogeneidade e imanência entre o gozo e o poder. *Psicologia Política*, 14(30), 313-323.
- Endo, P.C. (2016). O psicanalista é um intelectual? In: *Intervenções Psicanalíticas: a trama social*. Porto Alegre: Criação Humana.
- Freud, S. (1919/1996). Linhas de progresso na terapia psicanalítica. In: *Obras completas, ESB*, v. XVII. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1920/2016). *Além do princípio do prazer*. Porto Alegre: L&PM.
- Freud, S. (1926/1996). A questão da análise leiga. In: *Obras completas, ESB*, v. XX. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1930/2014). *O mal-estar na cultura*. Porto Alegre: L&PM.
- Fuks, B.B. (2012). Em torno da guerra e do pacifismo. *Revista de Psicologia*, 3(2), 49-55.
- Fuks, B.B. (2015). Democracia por vir: indignação e esperança. *Revista de Psicologia*, 6(1), 101-107.

- Jorge, M.A.C. (2010). *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan, vol.2: a clínica da fantasia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1967/2003). Proposição de 9 de outubro de 1967. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1968-1969/2008). *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1969-1970/1992). *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Laia, S. (2010). A psicanálise aplicada à terapêutica e a política da psicanálise hoje. *Asephallus*, 5(10).
- Laurent, E. (2014). *A batalha do autismo: da clínica à política*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Passone, E.F.K. (2014). Mal-estar na política: notas de psicanálise, educação e cultura. *Educação temática digital*, 16(3), 513-531.
- Pimenta, A. C. (2012). A ética do desejo e a política da falta. *Reverso*, 34(64), 15-24.
- Ribeiro, E.M. (2011). A psicanálise nas instituições: clínica e política. In: APPOA (Org.). *Psicanálise e Intervenções sociais*. Porto Alegre: APPOA.
- Sigmund Freud Associação Psicanalítica. (2014). *Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias*. Porto Alegre: Criação Humana.

ARTIGO 2

**PERSPECTIVAS POLÍTICO-CLÍNICAS: PSICANÁLISE, AUTISMO E A RAZÃO
NEOLIBERAL**

Resumo

Este artigo objetivou problematizar o estatuto do autismo no contemporâneo, bem como o lugar reservado aos sujeitos autistas em um social atravessado pelos discursos neoliberal e capitalista. Nessa direção, buscou compreender o uso dos significantes “autismo/autista” para representar o momento histórico atual, catalisador do apagamento do outro e da dimensão da alteridade. Para tal, propôs a análise de um vídeo publicitário referente à “jaqueta do abraço”, produto destinado a acalmar crianças diagnosticadas autistas. Em um cenário ultra-individualista, imperativo de objetos e carente de laços sociais, o sujeito autista emerge no lugar do estranho, familiar excluído, ao refletir a tendência contemporânea à ausência do Outro, à mesmice e ao isolamento. Ao encarnar o que o social não quer saber, ao autista restam fundamentalmente a exclusão e as propostas de inclusão via adestramento e supressão das diferenças. Em outra direção, a psicanálise propõe uma saída possível do discurso capitalista através da introdução do novo, na sustentação de um desejo que possibilite ao sujeito a pequena singularidade que é sua, que não entra no circuito do discurso.

Palavras-chave: psicanálise; discurso capitalista; neoliberalismo; autismo

Abstract

This article aimed to problematize the autism statute in the contemporary days, as well as the place reserved to the autistic subjects crossed by the neoliberal and capitalistic discourses. On such direction, it was aimed to comprehend the usage of the significant “autism/autistic” to present the current historical moment, catalyst of the erasure of the other’s existence and of the alterity dimension. Therefore, it was proposed the analysis of an advertisement video referring to the “hug jacket”, a product destined to ease autistic children. In an ultra-individualist scenario, objects’ imperative and lacking social bonds, the autistic subject

emerges in the place of weirdness when reflecting on the contemporary tendency of the Other's absence, the monotony and the isolation. Being what the social denies to acknowledge, there remains to the autistics the exclusion or the proposals of inclusion through training and through the denial of the difference. In other direction, psychoanalysis proposes a possible way out to the capitalist speech throughout the introduction of the innovative, in the support of a desire that enables the subject its tiny singularity that it owns.

Keywords: psychoanalysis; capitalist discourse; neoliberalism; autism

Resumen

Este artículo buscó problematizar el estatuto del autismo en el contemporáneo, así como el sitio reservado a los sujetos autistas en un social atravesado por los discursos neoliberal y capitalista. En esta dirección, se buscó comprender el uso de los significantes “autismo/autista” para presentar el momento histórico actual, catalizador de la supresión del otro y de la dimensión de alteridad. Así, se ha propuesto el análisis de un video publicitario referente a la “chaqueta del abrazo”, producto destinado a relajar niños diagnosticados autistas. En un escenario ultra-individualista, imperativo de objetos y carente de lazos sociales, el sujeto autista emerge en el lugar del extraño, familiar excluido, al reflexionar la tendencia contemporánea a la ausencia del Otro, a la monotonía y al aislamiento. Al personificar lo que el social se niega a reconocer, al autista quedan la exclusión y las propuestas de inclusión a través del entrenamiento y de la supresión de las diferencias. En otra dirección, la psicoanálisis propone una salida posible al discurso capitalista a través de la introducción del nuevo, en el apoyo a un deseo que permita al sujeto la pequeña singularidad que es suya, que no entra en el circuito del discurso.

Palabras-clave: psicoanálisis; discurso capitalista; neoliberalismo; autismo.

Introdução

Neste artigo, objetiva-se problematizar o estatuto do autismo no contemporâneo, bem como o lugar reservado aos sujeitos autistas em um social atravessado pelos discursos neoliberal e capitalista. Para tal, apresenta-se um percurso teórico que considera os desenvolvimentos de Dardot e Laval (2016) acerca da razão neoliberal e do sujeito por ela engendrado, explicitando sua articulação ao que Jacques Lacan propôs como discurso do capitalista, aquele que desfaz o laço social. Parte-se dessas considerações para destacar e compreender o uso do significante *autismo* por autores como Alemán (2009) e Bernardino (2016), como modo de apresentar o momento histórico atual, catalisador do apagamento do outro e da dimensão da alteridade.

Na esteira dessa discussão, propõe-se analisar um vídeo publicitário referente à “jaqueta do abraço”, produto destinado a acalmar crianças diagnosticadas autistas. A argumentação trabalha no sentido de compreender de que modo certas articulações discursivas, produtoras de sujeitos ultra-individualistas, podem contribuir para um cenário imperativo de objetos e carente de laços sociais, assim como seus efeitos na atenção aos sujeitos autistas.

Neoliberalismo e Discurso do Capitalista

Acompanhamos hoje a transformação das sociedades pela ampliação da influência do neoliberalismo no mundo. Tradicionalmente concebido enquanto doutrina econômica, o neoliberalismo pode ser lido como racionalidade, a razão do capitalismo contemporâneo (Dardot & Laval, 2016; Rose & Wickham, 1993). Como tal, tende a estruturar e organizar a ação dos governantes e a conduta dos governados, estendendo a lógica do capital às relações sociais e a todas as esferas da vida humana.

Uma leitura de base foucaultiana do neoliberalismo permite-nos compreendê-lo não apenas como ideologia, um tipo de política econômica, mas como sistema normativo que produz formas específicas de relações sociais, levando a novos modos de subjetivação (Dardot & Laval, 2016). O neoliberalismo estabelece uma nova forma de ser, moldada para atender às demandas de um mercado altamente competitivo e autônomo.

No governo das vidas, o sistema neoliberal busca criar uma esfera de liberdade na qual agentes independentes assumem suas próprias decisões, perseguem suas preferências e buscam maximizar sua qualidade de vida (Rose & Wickham, 1993), na construção de um viver muito mais individualizado. Nesse enquadre, os autores sugerem que o sujeito político deixa de ser o sujeito social, com direitos e obrigações derivadas de sua filiação ao corpo coletivo, para tornar-se o indivíduo cuja cidadania está ativa. Esta passa a manifestar-se fundamentalmente na busca enérgica de realização pessoal, meta última do chamado sujeito neoliberal (neosujeito).

Para o neoliberalismo, a produção desse sujeito não é ocasional. Como produto, o homem neoliberal constitui-se homogeneizado a uma lógica empresarial, sendo organizado por distintos dispositivos para conceber-se empreendedor, gerente da própria existência (Alemán, 2013a). Alienado à lógica de concorrência do mercado financeiro, ele administra sua vida como uma pequena empresa e produz consigo uma relação na qual o indivíduo, ele mesmo, torna-se o capital humano que deve crescer indefinidamente, valorizando-se cada vez mais.

Sem a distância simbólica que permite a elaboração política de seu lugar nos dispositivos que adestram seu corpo e sua subjetividade (Alemán, 2013b), o sujeito neoliberal é governado na medida em que foi constituído para “se governar” (Dardot & Laval, 2016). A

estratégia está na submissão do indivíduo a uma lógica que racionaliza todos os aspectos da existência, remodelando os processos de subjetivação.

A racionalização do desejo inscreve-se nesse cenário através da ideia de controle. Crente de que domina a realidade e pode calcular seu futuro, o neosujeito investe a si mesmo na garantia de que terá um percurso “vitorioso”, transformando-se e aprimorando-se em uma formação para toda a vida. Se no caminho em direção ao sucesso as estruturas sociais revelarem sua precariedade, a desigualdade social se impuser e as contingências da vida acontecerem, como sempre acontecem, nada disso importa. Uma vez que tudo depende do indivíduo e de seus investimentos, a falta e a falha não têm outra função senão denunciar o fracasso, a insuficiência e a impotência desse neosujeito¹.

Nesse sentido, as mutações subjetivas provocadas pelo neoliberalismo não são sem consequências. Elas operam na direção do egoísmo social, da negação da solidariedade e da redistribuição, e podem desembocar em movimentos reacionários e até mesmo neofascistas (Dardot & Laval, 2016), gerando violência e exclusão social.

Para Alemán (2009), essa lógica aproxima-se do que Lacan nomeou discurso do capitalista. No campo lacaniano, os discursos são estruturas que, ordenadas pela linguagem, indicam a organização específica das relações do sujeito com os significantes e com o objeto, de modo que cada discurso representa uma modalidade de laço social. O discurso do capitalista faz exceção aos demais, ao desfazer esse laço. Isso se dá na medida em que ele não escreve nenhum laço na relação entre os parceiros humanos (Figura 1). Escreve apenas a relação de cada sujeito com certo objeto mais-valia², realizando uma forma de fantasia: o laço direto do sujeito com o objeto *a* (Soler, 2011).



Figura 1. Discurso do Capitalista

A escrita e, portanto, a leitura desse quinto discurso apresentado por Lacan é polêmica e não consensual entre os psicanalistas. Algumas interpretações, contudo, repetem-se na literatura (Alberti, 2000; Alemán, 2009; Pereira & Gurski, 2014), sugerindo que essa estrutura discursiva põe em jogo a rejeição da castração.

“Nessa escrita do discurso do capitalista, o importante é que entre os quatro termos [...] Lacan desenha uma flecha contínua, sem ruptura. Enquanto nos outros quatro discursos existe uma ruptura, uma descontinuidade, que é uma barreira [...] para designar que entre o gozo que um discurso torna possível e a verdade daquilo que é esperado como gozo, existe sempre um hiato. Na escrita do discurso do capitalista não há nenhum hiato.” (Soler, 2011, p.61).

Ao velar as marcas da falta, esse discurso promove uma ilusão de completude e demonstra o modo como o sujeito encontra-se fixado ao objeto e, ao mesmo tempo, sujeitado a nada, sem dívida com a lei e com os semelhantes (Pereira & Gurski, 2014). Para Lacan, essa lógica discursiva faz equivaler o que qualificamos de “humano” a qualquer objeto mais-de-gozar produzido pela indústria, ou seja, indica a degradação a qualquer objeto mais-de-gozar do que poderia trazer a marca do desejo, necessariamente singular (1970/1992; Alberti, 2000).

No mesmo movimento, o discurso do capitalista promove o apagamento do outro através da massificação dos objetos, do desgaste das relações políticas, da supressão da diferença geracional, do consumo hedonista e do desregramento pulsional (Pereira & Gurski, 2014). Ao fazer desaparecer o outro e excluir “as coisas do amor”, segundo expressão de Lacan, esse discurso vai ao encontro da racionalidade neoliberal na produção de um sujeito ultra-individualista, centrado em sua própria promoção e sucesso pessoal. Ou, ainda, na

produção de um indivíduo autista e consumidor, indiferente à dimensão constitutivamente política da existência (Alemán, 2009).

Interessa-nos destacar a escolha de Alemán pelo significante “autista” para caracterizar o sujeito neoliberal, marcado pelo discurso capitalista. Como podemos acompanhar a seguir, esse uso não é inédito na literatura psicanalítica. Silva (1997) lança a questão:

“Seria muito ousado considerar o autismo emblemático deste nosso tempo pós-moderno, onde a individualidade e a singularidade já se consolidaram como valores absolutos e a força da tradição não possui mais o impacto de antes? Um tempo onde o que parece prevalecer é uma referência a si próprio, como se fosse possível viver sem relação e sem referência ao outro?” (p.29).

Conforme Kupfer (1999), a invenção do autismo é, ela mesma, condicionada pelos discursos e experiências da atualidade. Assim, o autista criado por Kanner não é o mesmo que poderia ter surgido no mundo antigo, pois esse nome recorta e cria um novo discurso que o situa e dá lugar no contemporâneo. Mundo que, há 20 anos e em termos de Brasil³, abria as portas para a globalização e o neoliberalismo, inaugurando um período de intensas transformações sociais.

A rapidez e a intensidade dessas transformações causaram preocupação sobre o futuro: “Diante do mundo atual [...] bombardeado pelas frequências graves de filmes e propagandas, pergunto-me: será que o mundo que ora projetamos para o futuro não é exatamente esse mundo autista de singularidades, sem objeto, sem relações?” (Rocha, 1997, p.109).

Dez anos depois, Alemán (2009) assera que comparece na atualidade um *indivíduo autista*, referido ao *gozo autista* do objeto técnico que é vendido como mercadoria subjetiva na cultura de massas. Mais recentemente, Bernardino (2016) dispõe da expressão *tempos de autismo* para referir-se ao presente momento histórico, no qual as condições simbólico-

culturais favorecem alguns sintomas próprios ao quadro autístico, em especial a forclusão do Outro.

A que se referem os autores? Como justificar tal emprego significativo?

Autismo e Psicanálise

Em nossa leitura⁴, consideramos que o autismo põe em cena uma fragilidade no laço ao Outro, o que pode ocorrer pelas mais diversas razões. Em termos da constituição do sujeito, o Outro é o tesouro dos significantes, portador primordial da linguagem endereçada ao bebê. Em Lacan, é uma função a ser desempenhada por personagens em posição privilegiada na relação com o *infans*. Essa função depende de um outro corporificado, uma vez que a transmissão precisa de um nome e de um corpo (Jerusalinsky, 2016), e envolve o endereçamento de significantes e interpretações que marcam e mediam a relação da pequena criança com o próprio corpo, o outro e o mundo, trabalho fundamental para a constituição subjetiva.

Diferente do que se apresenta nas demais estruturas, no autismo a fragilidade do laço ao Outro é impeditiva, visto que testemunha o fracasso na construção das redes de linguagem, fornecedoras de saber sobre o mundo e as pessoas (Jerusalinsky, 2012). Com a falha na inscrição da linguagem, a criança fica sem marcas. Isto é, mantém uma prevalência de automatismos que, fora do simbólico, fazem resistência tanto à entrada do outro no seu mundo quanto à sua entrada no mundo social.

Sem reconhecer uma existência outra, o autista fica em exterioridade ao coletivo, estando aí na condição de estrangeiro. “Desenlaçado” do social, sem acesso à mediação discursiva, o pequeno sujeito está sempre correndo o risco de ser destruído pela própria violência do gozo que não consegue escoar pelas vias comuns oferecidas pela cultura

(Laurent, 2014). Às vistas disso, a clínica do autismo mostra as consequências da recusa da alienação do sujeito ao discurso do Outro.

A aceitação em se alienar à demanda desse Outro do qual o bebê depende está na satisfação em ser reconhecido e amado. Ele encontra nisso um prazer, um “gozo aparelhado aos significantes do Outro” (Nominé, 2012, p.36). Todavia, a alienação à demanda está condicionada igualmente a renúncia de parte desse gozo, que será perdido. Quando recusa essa perda, o bebê fica sem poder “gozar-se” por intermédio do outro; o sujeito “se goza” sem o trajeto pulsional que poderia articular seu corpo ao Outro (Laurent, 2014).

Nesse contexto, a expressão *gozo autista* remete a um gozo não barrado, mortífero na medida em que não encontra mediação nos discursos e produções humanas, languageiras. Na cena capitalista, gozo autista remete à venda de uma ilusão de completude: o que deveria ser renunciado, o capitalismo oferece na forma de objeto-mercadoria. Trata-se de uma lógica econômica de gozo que dissolve o desejo, através do oferecimento de um gozo dos objetos que sustenta a ilusão de que uma recuperação do gozo perdido é possível no âmbito do mercado (Danziato, 2012). Essa promessa de acesso ao gozo, por sua vez, está relacionada ao que demarcamos no discurso do capitalista como rejeição da castração. É a anulação da impossibilidade estrutural, causadora do desejo e da possibilidade de um dizer próprio (Bernardino, 2016).

No simbólico, a dimensão do impossível está sempre em jogo, razão pela qual falamos em ilusão de completude e de gozo pleno. Por outro lado, no real nada falta, não há furo. Ao assumirmos que o sujeito autista não opera na linguagem, restando imerso em real (Jerusalinsky, 2012), consideramos que para esses sujeitos não há inscrição da falta, o que lhes faz apresentar uma intolerância ao furo, como nomeada por Laurent (2014).

Visto que as crianças autistas estabelecem uma espécie de recusa no encontro com a linguagem, o sujeito fica sem furo, como em uma estrutura esférica. Se não há furo, não há borda para delimitá-lo. Zona fronteiriça, possível de ser transposta, a borda é o lugar onde trocas e contatos podem ocorrer (Laurent, 2014). Na produção do fechamento autístico, o sujeito realiza o contrário: um limite intransponível, lugar de pura presença que o torna inacessível ao outro.

A fim de possibilitar esse acesso, as bordas, os limites e as formas do corpo precisarão ser produzidas junto à criança, o que se dá no encontro com o significante. Restrepo (2012) faz uma escolha interessante para falar desse trabalho. Ela propõe que o analista, junto à criança, seja o Outro que se deixa *descompletar*. Um Outro barrado, em falta, que possa calar, depor seu olhar e sua voz quando se tornarem excessivos para o paciente, mas ao mesmo tempo emprestar-lhe a presença, o corpo e as palavras, dando lugar ao surgimento, ao desenvolvimento do que singulariza cada sujeito.

Mediante a interferência de um Outro presente, real e incompleto, vemos despontar um espaço possível para o particular de cada sujeito, seu desejo. Qualificado de autista, o sujeito neoliberal abstém-se do desejo a fim de encobrir a angústia gerada por sua condição de falta, ela mesma essencial ao ato de desejar. Enlaçado ao social, portanto alienado aos discursos que o constituem, cabe a ele o trabalho de manutenção de um espaço singular que, no entanto, não o fará autônomo ou independente, na medida em que o sujeito de que tratamos não é abstrato ou individualizado, mas atravessado pelo gozo e pelo desejo.

Às avessas do que promete o discurso do capitalista, a psicanálise propõe trabalhar com o impossível em seus diversos nomes. Enquanto o capitalismo lança a oferta incessante de objetos de consumo descartáveis e anestésicos da relação do sujeito com o mundo, na frustrada missão de obliterar um vazio que insiste em comparecer, o psicanalista oferece em

transferência um trabalho de produção de furos e de relações descompletas, porém possíveis, com o real.

Onde ciência e capitalismo se encontram, engenhocas abraçam

No discurso capitalista, a relação direta $a \rightarrow \$$ evidencia o sujeito comandado pelo objeto, pelos produtos. Quanto mais a civilização avança, mais os humanos são instrumentalizados pelos aparelhos e ferramentas os quais não podem ficar sem, sendo suficiente um pequeno defeito para que tudo trave de modo dramático (Soler, 2011). Mais que produzir dependência, os objetos consomem os sujeitos, anestesiando suas relações políticas e afetivas com o mundo.

O encontro do capitalismo e da ciência levou à produção extensiva desses objetos que, feitos para servir ao humano, muito frequentemente servem-se dele na geração do consumo e do lucro. Como lembra Bernardino (2016, p.415-416), o cientificismo passou a constituir a autoridade contemporânea, com dois traços prevalentes: a retirada da categoria do impossível (a ciência vai dar conta de todo o real) e a perda da relação espontânea com o mundo. Nesse lugar de referência, a ciência, ao contrário do falo, não vem representar a falta, mas anular os limites. Ao invés de garantir um pacto simbólico que envolve o senso comum, propõe o abandono desse senso.

Por sua vez, a submissão da ciência à técnica teve como efeito um meio habitado por objetos produzidos pela primeira e oferecidos pelo mercado aos sujeitos, então meros consumidores que fazem a cadeia econômica funcionar (Bernardino, 2016; Restrepo, 2012). Em A Terceira, Lacan (1974/2002) refere-se às “engenhocas” criadas pelo capitalismo tecnológico nos seguintes termos:

“[...] no que é que isso dá, afinal de contas, a ciência? Isso nos dá alguma coisa para colocar no lugar do que nos falta na relação, na relação do

conhecimento, como dizia há pouco, nos dá nesse lugar, afinal de contas o que, para a maioria das pessoas, todos aqueles que aqui estão em particular, se reduz a enghocas: a televisão, a viagem à Lua e, ainda assim, a viagem à Lua vocês não farão, só existem alguns selecionados. Mas vocês vêm isso na televisão. É isso, a ciência parte daí. (...) Então aí o círculo se fecha sobre o que acabo de lhes dizer há pouco: o futuro da psicanálise é algo que depende do que advirá desse real, ou seja, *se as enghocas, por exemplo, ganharão verdadeiramente a dianteira, se chegaremos a ser, nós mesmos, verdadeiramente animados pelas enghocas*. Devo dizer que isso me parece pouco provável. Não chegaremos a fazer com que a enghoca não seja um sintoma, pois ela o é, por enquanto, muito evidentemente.” (p.70, grifo nosso).

Sintomas do contemporâneo, esses produtos vem responder às exigências de um social inconsistente, que demanda a cada um, individualmente, que seja responsável por seus laços sociais. À diferença de outras épocas históricas, em que os sujeitos buscavam escapar das amarras de um laço social consistente, hoje o problema é adentrá-lo (Soler, 2011), estar aí com o semelhante.

Nesse cenário, o autismo adquire certo *status* por colocar o laço social radicalmente em questão, apresentando um sujeito que recusa a alteridade. Influenciadas pela colusão ciência-capitalismo, disciplinas como a psicologia e a psiquiatria emergem nesse âmbito como aquelas capazes de responder aos ideais de um discurso científico, positivista, que busca produzir resultados rápidos via abordagens homogeneizantes (Restrepo, 2012). No caso do autismo, a medicalização infantil e a adoção de técnicas com foco na adaptação social da criança.

Um objeto técnico inserido nessa lógica discursiva é a *T-jacket*, jaqueta do abraço, sobre a qual propomos um trabalho de análise. Trata-se de um dispositivo designado para simular a sensação de um abraço, através do trabalho com sistemas de pressão de ar. Sua

finalidade é produzir conforto e acalmar qualquer pessoa em situação de estresse ou ansiedade⁵, sendo utilizada preferencialmente em crianças com diagnóstico de autismo.

A jaqueta possui o *design* de um colete, possibilitando uso diário e discricção quanto à sua função terapêutica. É controlada por aplicativo via *smartphone* ou *tablet*, permitindo ser operada remotamente pelos pais, e interpreta os sinais do usuário para modular os níveis de pressão de ar, intensidade e duração do efeito de acordo com a situação. É capaz de detectar sinais de agitação na criança e indicar o momento em que o “abraço” deve ser acionado.

Vendido nos Estados Unidos, o produto conta com site para informações e publicidade, assim como uma área dedicada às opiniões e experiências dos usuários. Dentre o material disposto, destacamos para análise o vídeo de divulgação da jaqueta⁶, que exemplifica em imagens seus usos e efeitos. Descrevemos o material a seguir:

Cena 1. Criança e mãe na estação de metrô. Criança se agita. Mãe, ao seu lado, ativa a jaqueta via aplicativo de celular. Jaqueta infla e “aperta” a criança. Mudança imediata na expressão facial infantil, indicativa de calma.

Cena 2. Menino na escola. Mostra sinais de incômodo (bravo?). Jaqueta detecta mudança na criança e emite aviso para a mãe, via aplicativo de celular. Mãe avisa a professora (via celular), que ativa a jaqueta na intensidade *strong* (forte). Mudança imediata na expressão infantil, indicativa de calma. Aplicativo envia à mãe a mensagem: “John is happy” (John está feliz).

Cena 3. Criança brincando sozinha, girando, emitindo risinhos. Demonstra excesso de excitação. Ela mesma ativa a pressão da jaqueta via celular. Mudança imediata em sua expressão, indicando alívio.

Primeiramente, interessa-nos destacar a preeminência do objeto nas cenas. Como objeto técnico, a jaqueta vende a produção de certos efeitos terapêuticos sobre o usuário, tais

como calma e conforto. Seu desenvolvimento, realizado em parceria com terapeutas ocupacionais, pesquisadores, psicólogos clínicos e educadores, recorta o problema (ansiedade, agitação, crise) a partir de um discurso científico específico, neurofisiológico, oferecendo ao produto seu respaldo técnico. Como lugar de saber último (Bernardino, 2016), a ciência certifica o valor do objeto.

Contudo, o esforço publicitário não se detém nos aspectos técnicos, apostando na venda da ideia de que a jaqueta acalma “como um abraço”, *slogan* ao qual são associadas as figuras da mãe, da professora e de um gigante urso de pelúcia. Secundário, o elemento afetivo surge como ponto de captura. É o “a mais” que, associado ao objeto, faz com que seja causa de desejo. Como em um abraço, a jaqueta não apenas contém a criança, desempenhando sua função formal, mas associa-se igualmente às ideias de carinho, cuidado, afago. O objeto passa a comportar múltiplos sentidos, na medida em que o consumidor participa da criação desse imaginário. Ele contribui com suas próprias associações e universo fantasmático.

Por que, então, situamos o elemento afetivo em segundo plano? Paradoxalmente, a mercadoria dispensa as próprias figuras a que faz referência. No vídeo a expressão é clara: não há nenhum tipo de endereçamento ou contato físico entre pessoas, o “abraço” fica a encargo exclusivo da jaqueta. Mesmo que as personagens estejam ao lado da criança, destacam-se em todas as cenas os objetos, seja o produto central ou os *gadgets* que possibilitam seu uso. Vemos desaparecer as figuras humanas, em detrimento dos objetos que mediam o contato entre elas.

Tal montagem reflete igualmente na completa ausência de diálogos ou falas. Afora referências básicas de localização e as palavras grafadas do aplicativo, compõem o vídeo apenas sons inarticulados e ruídos. A construção realiza-se primordialmente sobre imagens, privilegiando, portanto, o registro do imaginário e a ilusão de totalidade que apresenta.

Como lembra Julieta Jerusalinsky (2016), o bebê humano não nasce apropriado de seu corpo. Nos primórdios da vida, é o agente da função materna que sustenta a instauração de um funcionamento corporal subjetivado, na medida em que interpreta qual seria a ação específica que poderia satisfazer o bebê e tirá-lo de seu estado de desamparo. As chaves de acesso ao mundo simbólico são transmitidas ao *infans* por um outro falante que se afeta por suas produções, que quer saber dele.

Por exemplo, para que o choro comunique, represente outra coisa que não simples barulho, é necessário que alguém o escute e codifique. O agente materno, em relação de identificação com a criança, poderá produzir interpretações sobre o que se passa com ela, emprestando representações e disponibilizando seu saber inconsciente para que o bebê possa chegar a constituir algum saber (Jerusalinsky, 2016). Quando essa operação é satisfatória, aos poucos o choro do bebê se torna inteligível para o social, a criança pode ser lida por outras pessoas que não os pais. Isso ocorre porque o código impresso às produções infantis não é o da mãe, ainda que seja transmitido por ela de forma muito particular, mas o do Outro. Envolve o coletivo.

Bem estabelecidas, as operações languageiras primordiais possibilitam certa organização do mundo infantil, indicando que a criança, incluída no universo simbólico comum de seus semelhantes, tem acesso às referências, significados e sentidos compartilhados por eles. Do contrário, quando a inscrição das estruturas primordiais falha, o bebê humano fica sem referências, podendo contar apenas com seus automatismos neurobiológicos (Jerusalinsky, 2012). Isso acontece porque a criança que não é tocada pela linguagem fica sem acesso ao código linguístico. Daí que certas manifestações de crianças autistas, tais como os gritos inarticulados, desencadeiem estranhamento social. Suas expressões sonoras não passam pelo trabalho de transformação do som em mensagem,

fazendo com que o grito se mantenha, não cedendo lugar à palavra. Assim, quando grita, a criança não comunica, pois aquele que lhe escuta não conta com recursos para acessá-la. Suas manifestações subjetivas soam ininteligíveis e aleatórias.

O mesmo vale para as percepções da criança sobre o mundo. Sem a linguagem, o mundo torna-se apenas caos, um amontoado (real) de aleatório. Carecendo de nome, sentido e representação, acontecimentos cotidianos podem ser extremamente ameaçadores à criança, no sentido de uma ameaça à própria existência. Como mediadora da relação do humano com o que o cerca, a linguagem contém certo excesso (de gozo) que aproxima o sujeito da morte, do aniquilamento. Ela dá forma à realidade.

No vídeo, o silêncio e a falta de endereçamentos à criança indicam a ausência dessa mediação significativa. Em seu funcionamento, a jaqueta dispensa precisamente o trabalho humano que permite produzir as inscrições que irão dar suporte ao corpo do sujeito:

É a partir dessas inscrições primordiais produzidas na relação com um Outro encarnado que se passa do afeto à sua representação, do corpo à linguagem, do gozo ao saber, produzindo entre essas instâncias de diferentes ordens uma inscrição (a inscrição da letra como rasura inconsciente no psiquismo) que articula, que faz dobradiça fundamental para a constituição psíquica e para a apropriação imaginária do corpo (Jerusalinsky, 2016, não paginado).

Ainda que possa produzir efeitos como alívio da tensão e relaxamento, a jaqueta do abraço priva o sujeito do encontro com o (corpo do) semelhante e com a linguagem, fornecendo uma solução apressada e anônima. Não há outro efetivamente implicado no processo de lida com o corpo infantil, que se consome em excitação. Desse modo, o corpo da criança permanece encerrado em si mesmo, sem uma zona possível de trocas. O *design* da jaqueta permite-nos visualizar essa estrutura, uma vez que a criança incorpora o objeto, o qual permanece aderido ao seu corpo.

Acerca do que chamou intoxicação digital e da oferta excessiva de objetos tecnológicos a bebês e pequenas crianças, Jerusalinsky (2016) lembra que a questão não é propriamente a oferta desses objetos, mas quando a promessa mercadológica se faz no sentido de uma suposta economia da relação com o Outro, “poupando” os semelhantes do trabalho de se relacionar com o mal-estar e os equívocos que isso comporta, pois haveria um objeto realmente adequado à satisfação.

Nesse caso, o trabalho de humanização da criança passa por uma espécie de terceirização, sendo o cuidado delegado ao objeto. Ao invés do auxílio humano, contingente e plural, comparecem as respostas unívocas e imediatas dos objetos da ciência. No lugar do saber inconsciente transmitido por gerações, instala-se o discurso científico, que exige o sujeito de assumir as consequências e os incômodos que o falar implica (Bernardino, 2016).

Numa transposição ao universo neoliberal, essa dinâmica está diretamente associada aos fenômenos de terceirização e precarização do humano, participantes na criação de um cenário de constante instabilidade para o sujeito. A ideologia do sucesso individual, do *self-help*, destrói o vínculo social na medida em que este repousa sobre deveres recíprocos em relação ao outro. Como manter juntos sujeitos que não devem nada a ninguém? (Dardot & Laval, 2016). Não por coincidência, surgem cada vez mais objetos cuja função é “substituir” a presença do outro, de travesseiros que abraçam⁷ a bonecas sexuais hiper-realistas⁸.

Ainda no vídeo, a cena 2 apresenta a criança na escola. Enquanto sua imagem ganha evidência, os demais colegas são representados por silhuetas humanas pintadas de cinza, indistintas. Na cena do metrô, as pessoas também não possuem rosto e suas falas são simples ruído. Um universo assustador, caricato do funcionamento autista, refletido no apagamento da dimensão do outro e nos traços mortíferos de sua presença e manifestações subjetivas.

Mais uma vez recuperamos a fala de Rocha (1997):

"Diante desse mundo atual – caleidoscópio apelativo de imagens recortadas, desconexas, que se sucedem como nos vídeo-clips – mundo bombardeado pelas frequências graves de filmes e propagandas, pergunto-me: será que o mundo que ora projetamos para o futuro não é exatamente esse mundo autista de singularidades, sem objeto, sem relações? Mundo em que inexiste o semelhante - povoado de rostos imóveis e inescrutáveis, sem expressão, sem afeto: con-ge-la-dos. Ou será o nosso um mundo implacável de ficção científica, primitivamente cruel, sem preocupação nem solicitude para com o outro?" (Rocha, 1997, p.109).

Para Cavalcanti e Rocha (2007), o fascínio exercido pelos autistas no imaginário contemporâneo deve-se, entre outros, à projeção feita sobre eles de alguns traços do funcionamento social. Graças a essas projeções, o mundo autista pode ser narrado como cruel, individualista e sem semelhantes. Um mundo em que a criança não pode contar com o outro, que a ameaça.

Freudianamente, essa montagem situa o autista no lugar do estranho, aquele que faz retornar ao Eu aspectos familiares e conhecidos, porém negados. É nessa via que as pessoas em cinza no vídeo-divulgação, apagadas em sua dimensão de alteridade, representam uma caricatura não apenas do autista tal como situado clinicamente, mas do desamparo do sujeito (de desejo) no mundo neoliberal. Retrato desses tempos de autismo (Bernardino, 2016) que tendem à ausência do Outro, à mesmice e ao isolamento dos sujeitos, cada vez mais presos às relações com seus objetos.

Como o familiar excluído, o autismo gera tanto fascínio quanto segregação. Não é sem importância perceber que o interesse despertado pelos chamados “autistas de alto funcionamento”, em geral muito mais autônomos e adaptados socialmente, não é o mesmo do autista considerado de “baixo funcionamento”, frequentemente lido em termos de déficits e inadequações.

López e Sarti (2013) conduzem uma importante discussão acerca do conceito de normalidade subjacente à assistência aos autistas no Brasil. No trabalho de pesquisa com duas instituições, sendo uma delas orientada por abordagens educativas (comportamentais) e a outra pela psicanálise, as autoras situam os esforços educativos como formas de “amenizar” as características autísticas das crianças, de modo a torná-las menos perceptíveis ao grupo social (não sabemos ao certo se as características ou as crianças).

Nesse contexto, as práticas de aprendizagem têm como referência o desenvolvimento e o comportamento tidos como normais: “parecer ‘normal’ torna-se a alternativa vislumbrada para evitar o incômodo causado pela diferença evidenciada pela peculiaridade da criança autista, *esquisita*” (p.84, grifo nosso). A aparente normalidade e a adequação das crianças, convenientes ao discurso capitalista, estariam associadas aos objetivos da instituição de “promover uma melhor adequação possível à sociedade”. Ocorre-nos perguntar: quais os benefícios dessa terapêutica para as crianças?

Como pontua Elia (2012), qualquer inclusão (no laço social) que se pretenda total visa a achatar as arestas da diferença, tornar o sujeito idêntico ao Outro. É o que ocorre nas tentativas da ciência em enquadrar o autismo, adestrá-lo e reduzi-lo.

Entregue às operações da ideologia cientificista da medicina do comportamento, lastreadas pelo poder incalculável dos lucros da indústria de psicofármacos, o autismo não conhecerá outro destino senão o da segregação travestida, como convém, da mais cínica aventura repleta de proezas no desenvolvimento de “competências sociais”, inclusão, benefícios sociais junto às políticas públicas de assistência [...] que não apenas mantêm intacta a posição do sujeito – como um não-sujeito, um objeto que se crê ativo e ativado pelo pragmatismo das conquistas no espaço de suas relações na *pólis* – como engendram incessante e performaticamente essa posição de objeto de manipulação social e política (p.62).

A inclusão social via normalização desacredita e desampara o sujeito, produzindo novas formas de exclusão. Se aceita a presença da criança desde que suas manifestações sejam neutralizadas ou contidas (como faz a jaqueta), de acordo com normas frequentemente não compreendidas por ela. São exemplos: a produção de intervenções educativas que tem como efeito a repetição constrangedora de frases sem sentido e contexto, totalmente alheias ao falante; a inclusão escolar de crianças autistas que são retiradas do grupo sistematicamente, ao manifestarem qualquer incômodo ou desconforto; as técnicas de treinamento envolvendo punições e recompensas, etc. Modos de lidar com o autismo que ignoram seu sujeito, impossibilitando o deslocamento da criança da posição de objeto do Outro e a assunção de qualquer traço propriamente seu. É para este ponto que a psicanálise tem chamado a atenção.

A psicanálise como saída possível do discurso capitalista

Considerando que os desafios apresentados aos psicanalistas no campo do autismo são eminentemente políticos, Laurent (2014) propõe falar em “causa do autismo”⁹, um movimento público em prol da diversidade, contra a homogeneização das intervenções e a normalização dos sujeitos. A ideia de causa inscreve uma marca política na questão do autismo ao deslocá-la do âmbito privado para o público: o lugar reservado aos autistas no contemporâneo é de responsabilidade coletiva. Desse modo, não é cabível culpabilizar famílias (por exemplo, por utilizar a jaqueta do abraço para acalmar seus filhos!), pois a discussão é estrutural, atingindo os modos como tem sido sustentado o cuidado às crianças, em relações que são necessariamente atravessadas pelos ideais sociais.

Fica a questão: Como a psicanálise pode operar nesse campo, sem se confundir com os discursos militantes, apaixonados, ou os discursos do bem? Lacan deixa alguns direcionamentos. Em *Televisão* (1974/1993), propõe uma saída possível do discurso

capitalista através da psicanálise. A proposta não é romântica, não há sugestão de ruína do capitalismo ou sua reversão, mesmo porque, analistas ou não, estamos todos presos a esse discurso. Então, o que significa situar a psicanálise como saída possível?

Novamente em *Televisão*, o autor diz: “o discurso analítico traz uma promessa: introduzir o novo” (p.529). Na leitura de Soler (2011), novo associa-se a desejo. Dessa forma, o que a psicanálise pode objetar do discurso capitalista está na sustentação de um desejo outro, ou desejos outros, possibilitando ao sujeito a pequena singularidade que é sua, a pequena parte do desejo que não entra no circuito do discurso. Essa seria uma forma não de barrá-lo, mas de subtrair dele alguma coisa.

Na escuta do um a um, a psicanálise faz presença em tempos de capitalismo, tempos de autismo, resgatando as dimensões da diferença e do desejo, na recusa das soluções universais, “infalíveis”, e invenção de soluções particulares. Nesse sentido, ainda que discursos busquem calar o sujeito e desconhecer sua singularidade, restam os psicanalistas para lembrar o poder das palavras e de como são fundamentais na constituição subjetiva (Bernardino, 2016).

Para uma saída possível do discurso capitalista, cabe aos analistas dar lugar de sujeito ao outro, recuperando sua soberania em relação aos tantos objetos disponíveis no mercado. Mesmo porque, por mais realistas e eficientes que sejam, os objetos da tecnociência jamais poderão substituir o corpo, o olhar e a voz do semelhante na transmissão do que constitui o humano.

Referências bibliográficas

- Alberti, S. (2000). O discurso do capitalista e o mal-estar na cultura. Recuperado de <http://www.berggasse19.psc.br/site/wp-content/uploads/2012/07/19133239-Sonia-Alberti-O-Discurso-Do-Capitalist-A-e-o-Mal-Estar-Na-Cultura-1.pdf>
- Alemán, J. (2009). *Para una izquierda lacaniana... Intervenciones y textos*. Buenos Aires: Grama Ediciones.
- Alemán, J. (2013a). Entrevista: Jorge Alemán y el debate contemporáneo. Antifilosofía e izquierda lacaniana. *Leitura Flutuante*, 5(1), 151-165.
- Alemán, J. (2013b). Neoliberalismo y subjetividad. *Página 12*, Argentina, 14 de março de 2013b. Recuperado em 18 dezembro, 2015, de <http://www.pagina12.com.ar/diario/contratapa/13-215793-2013-03-14.html>.
- Bernardino, L. M. F. (2016). Os “tempos de autismo” e a clínica psicanalítica. *Estilos da Clínica*, 21(2), 412-427.
- Cavalcanti, A. E. & Rocha, P. S. (2007). *Autismo: construções e desconstruções*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Danziato, L. (2012). O gozo e o poder no Seminário A ética da psicanálise de Lacan. *Tempo Psicanalítico*, 44(1), 147-166.
- Dardot, P. & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Elia, L. (2012). Autismo e segregação. *A peste*, 4(1), 55-64.
- Jerusalinsky, A. (2012). *Psicanálise do autismo*. São Paulo: Instituto Langage.
- Jerusalinsky, J. (2016). A criança em constituição na era das relações virtuais. Recuperado de <http://emails.estadao.com.br/blogs/crianca-em-desenvolvimento/a-crianca-em-constituicao-na-era-das-relacoes-virtuais/>

- Kupfer, M. C. (1999). Psicoses e autismos na infância: problemas diagnósticos. *Estilos da Clínica*, 4(7), 96-107.
- Lacan, J. (1970/1992). *Seminário 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1974/1993). Televisão. In: Lacan, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1974/2002). A Terceira. In: Associação Psicanalítica de Porto Alegre. *Cadernos Lacan*, Volume 2. Porto Alegre: Edição interna da APPOA.
- Laurent, E. (2014). *A batalha do autismo: da clínica à política*. Rio de Janeiro: Zahar.
- López, R. M. M. & Sarti, C. (2013). Eles vão ficando mais próximos do normal... Considerações sobre normalização na assistência ao autismo infantil. *Ideias*, (6), 77-98.
- Nominé, B. (2012). O que nos ensinam os autistas. *A peste*, 4(2), 27-29.
- Pereira, M. R. & Gurski, R. (2014). A adolescência generalizada como efeito do discurso do capitalista e da adulez erodida. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 376-383.
- Restrepo, J. M. B. (2012). Do autismo nos tempos do capitalismo ao sujeito autista da psicanálise. *A peste*, 4(1), 57-64.
- Rocha, P. (1997). Terror do mundo novo ou a interpretação autista do velho mundo. In: Rocha, P. (org.). *Autismos*. São Paulo: Escuta.
- Rose, N. & Wickham, G. (1993). Just say neo. *Australian Left Review*, 147, 32-36.
- Silva, A. R. R. (1997). O mito individual do autista. In: Rocha, P. (org.). *Autismos*. São Paulo: Escuta.
- Soler, C. (2011). O discurso capitalista. *Stylus Revista de Psicanálise*, (22), 57-67.

Notas

¹ Para o sistema, não importa necessariamente que o sujeito seja bem-sucedido, uma vez que a estrutura capitalista, baseada no lucro, se estabelece em relações de desigualdade. Contudo, é importante que o sujeito tome responsabilidade pelo fracasso e trabalhe para superá-lo. Num cenário de intensa competitividade, ele não pode parar: de *investir*, de *produzir*, de *consumir*, mesmo que sinta desprazer e sofra. Tudo é mercado (educação, saúde, cultura, relações pessoais). Recentemente no Brasil, o slogan “Não pense em crise: trabalhe” fez eco a essa ideologia.

² Em Marx, a mais-valia é uma parte do trabalho que não é paga ao trabalhador, uma vez que é apropriada pelo dono dos meios de produção. Representando o lucro, a mais-valia é o objeto visado e apropriado pelo capitalismo.

³ Importa notar que essas referências situam-se em fins dos anos 90, década em que as políticas neoliberais promoveram intensas transformações no Brasil.

⁴ Trabalharemos recortes teóricos pertinentes à leitura freudo-lacanianana, compreendendo a heterogeneidade do campo ao qual nos referimos.

⁵ <http://www.mytjacket.com/>

⁶ http://www.weebly.com/uploads/2/4/4/9/24492055/tjacket_edited_april2014-1_789.mp4

⁷ <http://www.zupi.com.br/wp-content/uploads/2013/07/invencao9.jpg>

⁸ <http://blogs.oglobo.globo.com/pagenotfound/post/empresa-oferece-bonecas-hiper-realistas-com-seis-personalidades.html>

⁹ Laurent (2014) lança a expressão “causa do autismo” no polêmico contexto de debates sobre o trabalho psicanalítico junto às pessoas autistas, na França.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na apresentação desta pesquisa, associamos seu surgimento ao encontro de um impossível: a clínica como o real enquanto o impossível de suportar. Elaborada nos momentos finais da dissertação, essa seção permitiu-nos situar um mal-estar que acompanhou toda sua produção. O trabalho com as articulações psicanálise-política-autismo nos lançou num campo tão rico quanto árido.

Em sentido figurado, aridez significa pobreza de imagens, de ideias. No Artigo 1, nossas considerações atravessaram um deserto de imagens, passando pelas noções de impossível da felicidade (Freud), falta estrutural (Lacan), pulsão de morte e gozo. Percurso denso que nos permitiu alcançar, enfim, a ética e o desejo.

No Artigo 2, o trabalho com os discursos neoliberal e capitalista, bem como seus efeitos sobre o social e a atenção aos sujeitos autistas, pôs em cena outro deserto, povoado de objetos e vazio de alteridade. Um deserto cuja definição aproxima-se à de Édson Sousa¹³:

“lugares totalitários onde as imagens se apresentam como imperativas, onde os caminhos já estão exaustivamente indicados, repleto de prescrições, regulamentos, onde não há espaço para o inédito, para o fora de lugar, para o desvio, para a deriva. Em outras palavras, penso Deserto como esses espaços onde não conseguimos fundar um lugar em que nos sentimos efetivamente autores, sujeitos, recuperando algum protagonismo em nossa história. Não é este o compromisso ético da prática psicanalítica?”.

O atravessamento desses desertos permitiu-nos desembocar, em ambos os estudos, na importante função – função política! – da psicanálise enquanto discurso que possibilita a inscrição da alteridade e o resgate da diferença, do desejo e da soberania do Outro. No que tange à clínica do autismo, tal função exprime-se na não desistência dos psicanalistas em promover com os sujeitos um encontro possível, que os retire da condição de desamparo a que são submetidos pelas estratégias normativas. Esta é a riqueza deste percurso: a clínica como lugar de criação, de invenção e imaginação, esta tão fundamental no trabalho com sujeitos autistas.

Conceitualmente, o Artigo 1 possibilitou situar alguns operadores que auxiliam na costura psicanálise-política, mantendo sua particularidade discursiva. Esse desenvolvimento teórico-conceitual, apresentado em extensão no primeiro estudo, é fundamental para a

¹³ <http://psicanalisedemocracia.com.br/2017/01/atravessar-desertos-por-edson-luiz-andre-de-sousa/>

sustentação das considerações posteriores, que envolvem a problematização das relações autismo-política-clínica.

No Artigo 2, a discussão centrada especificamente no tema do autismo foi estruturada de modo a refletir as intersecções referidas no próprio título desta dissertação. Intersecção, palavra que comporta tanto o cruzamento de duas linhas quanto o ato de cortar. Em psicanálise, o ato como corte de superfícies permite a marcação da falta e a abertura de um espaço singular para o surgimento: do desejo? De novas imagens? De outras formas de gozo?

No trabalho com o autismo, as intersecções entre psicanálise, política e clínica são realizadas no sentido de produzir aberturas, que podem começar como pequenas fissuras, em estruturas que tendem ao fechamento total, à forma esférica. Em “tempos de autismo”, esse é o compromisso ético da psicanálise: manter aberto o campo da imprevisibilidade, das incertezas, das diferenças.

REFERÊNCIAS

BERNAL, H. La política en el psicoanálisis. **Affectio Societatis**, n.4, 1999.

BEZERRA, B. Prefácio: Tecendo a rede. In: VIEIRA; M.C.T.; VICENTIN, M.C.G.; FERNANDES, M.I.A. (Ed.). **Tecendo a rede: trajetórias da saúde mental em São Paulo**. São Paulo: Cabral Universitária, 1999, p.18.

BIRMAN, J. **Psicanálise, Ciência e Cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

BRODSKY, G. A clínica e o real. **Textos de Orientação IX Congresso da Associação Mundial de Psicanálise**. Paris, 2014.

CALAZANS, R. Psicanálise e Política. **Psicologia política**, v.8, n.15, p.17-30, 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-549X2008000100003&script=sci_arttext> Acesso em: 18 dez. 2015.

CHECCHIA, M.A. A clínica psicanalítica é um dispositivo? **A peste**, v.2, n.1, p.89-100, 2010. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/apeste/article/view/12060/8744>>. Acesso: 20 set. 2014.

FERREIRA, S.S. Autismo e declaração de guerra à psicanálise. **IPB Convergência**, maio, 2014. Disponível em: <<http://ninar.com.br/wp-content/uploads/2013/06/silvia-ferreira-autismo-e-declaracao-de-guerra-a-psicanalise-maio.pdf>>

G5. Panorama das questões envolvendo psicanálise e autismo na França. **Correio da APPOA - Dar a palavra aos autistas**, n. 222-223, pg.55-79, abr./maio 2013.

GAGEIRO, A.M.; TOROSSIAN, S.D. A casa dos cata-ventos: histórias e fissuras da prática burguesa da psicanálise. **Correio da APPOA – Tem cata-ventos hoje?**, n.257, junho/2016.

GOLDENBERG, R.D. **Política e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

KANNER, L. Autistic disturbances of affective contact. **The Nervous Child**, 1943.

KEHL, M.R. Psicanalista Política [**Entrevista disponibilizada em 2010, à Revista Cult**] 2010. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/12/psicanalista-politica/>>. Acesso: 20 out. 2013.

LACAN, J. (1967/2003). Proposição de 9 de outubro de 1967. In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar.

LAURENT, E. **A batalha do autismo: da clínica à política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MORAES, N.A.; PERRONE, C.M. **Sobre o tratamento psicanalítico do autismo: um ensaio político-clínico**. 2013. 68 f. Monografia (Monografia de Graduação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

MPASP. **Apresentação Movimento Psicanálise, Autismo e Saúde Pública**. MPASP, 2013. Disponível em: <http://www3.fe.usp.br/secoes/inst/novo/laboratorios/lepsi/biblioteca/estante/hist_autismo.pdf>. Acesso em: 20 out. 2013.

PALOMBINI, A.L. Acompanhamento terapêutico: dispositivo clínico-político. **Psyche**, v.10, n.18, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382006000200012&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 18 out. 2014.

PERRONE, C. M. A polêmica do autismo na França. **SIG Revista de Psicanálise**, Porto Alegre, v.1, n.1, pg.99-102, ago. 2012. Disponível em: <http://www.sig.org.br/_files/uploads/image/Num_1_Completa21-10.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2012.

POLI, M. C. Escrevendo a psicanálise em uma prática de pesquisa. **Estilos da clínica**, v.13, n.25, p.154-179, 2008.

RIBEIRO, E.M. A psicanálise nas instituições: clínica e política. In: APPOA (Org.). **Psicanálise e Intervenções sociais**. Porto Alegre: APPOA, 2011.

ROSA, M.D. Uma escuta psicanalítica das vidas secas. **Revista de Psicanálise Textura**, n.2, 2002. Disponível em: <<http://www.revistatextura.com/leia/umaescpis.pdf>>. Acesso: 14 set. 2014.

ROSA, M.D. A psicanálise e as instituições: um enlace ético-político. In: **COLÓQUIO DO LEPSI IP/FE-USP**, 5, 2004. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000003200400100045&lng=en&nrm=abn>. Acesso: 16 set. 2014.

ROSA, M. D.. Psicanálise implicada: vicissitudes das práticas clinicopolíticas. **Revista da APPOA - Psicanálise: Invenção e Intervenção**, v.41, p.29-40, 2013.

ROSA, M.D.; CARIGNATO, T.T.; BERTA, S.L. Ética e política: a psicanálise diante da realidade, dos ideais e das violências contemporâneos. **Ágora**, v.9, n.1, p.35-48, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982006000100003>. Acesso: 15 set. 2014.

SAFATLE, V.; IANINI, G. A psicanálise e as formas do político. **Revista Cult**, dezembro de 2015.

SILVA, I.P. Desabrigados da palavra. **Revista da APPOA – Estruturas Clínicas**, n.38, p.160-170, 2010.

ZIMMERMAN, V. B. O que está acontecendo com a clínica do autismo? **SIG Revista de Psicanálise**, Porto Alegre, v.1, n.1, pg.119-122, ago. 2012. Disponível em: <

http://www.sig.org.br/_files/uploads/image/Num_1_Completa21-10.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2012.